

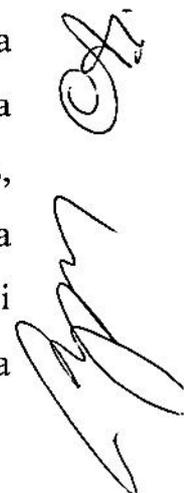


CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Ata da Reunião Ordinária de 30 de Novembro 2022

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, Presidente Manara deu início a plenária, cumprimentando a todos os presentes e os que estão participando via remota, informa que no dia 25/11 foi realizada a Caravana Rural, uma primeira experiência bastante interessante com a participação de quatro conselhos municipais, o CMDR, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, e Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Comtur, Conselho Municipal de Turismo. Agradece ao Ronaldo, secretário-adjunto que coordenou esse trabalho junto com o José Dimas e Émerson da DDR, e tantos outros da secretaria que promoveram essa jornada para a área rural. Que foi uma experiência muito exitosa, uma oportunidade de vários conselheiros terem o “pé no barro”, ter esse olhar, estar próximo, ouvir dos proprietários rurais as demandas. Que no dia de hoje, juntamente com o Jeferson Rocha, na reunião do Consema, Conselho Estadual do Meio Ambiente, ocasião em que a agência ambiental com o secretário executivo Cláudio Scalli e o prefeito municipal Anderson Farias, presidente, nessa oportunidade os municípios consorciados, foi apresentado essa experiência inovadora no cenário nacional, o primeiro consórcio, primeira agência de licenciamento ambiental. Essa experiência é a primeira no país e hoje foi entregue ao Consema, nesse evento em que esses seis municípios, São José dos Campos, Monteiro Lobato, Santo Antônio Pinhal, Paraibuna, Jambuí e Tremembé noticiaram ao estado que a partir desse momento todos os impactos locais, baixa média e alta serão licenciados por essa agência. A agência tem sede em São José dos Campos e vai iniciar a recepção desses protocolos a partir do dia 5 de dezembro com o protocolo 001. Estavam presentes o subsecretário Trani, a presidente da Cetesb Patrícia Iglesias e os prefeitos municipais. Presidente Manara informa que preside o conselho fiscal e o controle social

dessa agência, e o Jeferson é o vice-presidente. Que teve a presença de Cláudio Scalli e toda a equipe técnica contratada da agência. Um evento, como o próprio subsecretário do meio ambiente relatou, um evento histórico. É um primeiro esforço de um consórcio municipal com essa finalidade e deseja vida longa à Agência Ambiental Vale do Paraíba. Dando continuidade a pauta, Presidente pede que componha a mesa os representantes da CETESB e MRV atendendo a solicitação dos moradores e representantes do Bosque dos Ipês com referência ao empreendimento Reserva Vale Real, para esclarecer como foi o processo de aprovação desse empreendimento e atender às demandas e questionamentos dos representantes dos moradores. Lembra que essa é a quarta oportunidade que o Comam abre a pauta para tratar desse assunto. Que a MRV e CETESB terão quarenta minutos para responder e os moradores quarenta minutos para perguntas. Com a palavra Gisele Oche, gestora da MRV na área de desenvolvimento imobiliário. Informa que cuida dos licenciamentos da região do Vale e do Alto Tietê, apresenta toda equipe que estão presentes, Camila diretora de desenvolvimento imobiliário, Viviane faz a parte de licenciamento também na região do Vale, mais focada em São José, a Uilma, da engenharia, que cuida de toda a parte de execução principalmente focada na parte ambiental, cumprimento dos TCAs, acompanhamento dos plantios, ela que faz toda essa parte na obra, junto com os engenheiros, e a Cris, que é a assessora de imprensa. Gisele inicia com apresentação no telão de todo o projeto, a concepção dele, com algumas definições que foram feitas no meio do caminho para chegar à configuração do loteamento. A gleba inicial de 99.000 metros aproximadamente onde houve o parcelamento do solo, através de um projeto aprovado na prefeitura municipal de loteamento. Nesse projeto, em torno de 60% dessa área foi destinada para utilidade pública, onde se inclui duas áreas institucionais, sistema de lazer, que já foi executado e está em fase de finalização. Que da área 2 do loteamento, área verde e sistema viário, mais de 50% da gleba foi destinada às áreas públicas. Que atendendo toda a legislação, e área

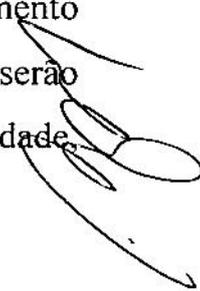


remanescente ficaram quatro lotes, identificado com o número cinco em roxo na tela, onde serão executados quatro empreendimentos da MRV para habitação de interesse social. Esse projeto foi aprovado na prefeitura municipal, aprovado no estado junto ao Graprohab, pelo trâmite normal de licenciamento, onde foram analisadas todas as disciplinas a parte de habitação, ambiental e a infraestrutura. Apresenta na tela uma foto da localização e da execução parcial da rotatória central, onde será entregue uma área de lazer toda equipada com playground, toda arborização do sistema de lazer e vias. Todas as vias serão arborizadas, com academia ao ar livre, academia para terceira idade, pista de caminhada, um garrafão de basquete. Apresenta foto do que já está executado e outro em estado bem avançado de execução. Os brinquedos já estão instalados, os equipamentos também, a pista de caminhada já está executada. Que tem alguns acabamentos ainda para ser feito, mas estão praticamente 100% executado na área. Apresenta algumas fotos para exemplificar o produto que será implantado, mas que ainda está em estudo e não tem projeto aprovado, porque ainda não foi entregue o loteamento para a prefeitura, mas o estudo que está sendo feito é um produto diferenciado para a cidade. O primeiro lançamento será na zona leste, em dezembro, e esse mesmo produto diferenciado, um produto novo da MRV, e, nessa região, será feito algo melhor, apartamentos com varanda, com piscina, lazer completo e entregue mobiliado. Gisele informa que dos estudos feitos para os empreendimentos, não estão finalizados, foi trazida uma volumetria para mostrar como irão implantar, mas isso ainda não foi aprovado. Quanto as licenças, o processo de aprovação municipal e as autorizações estaduais, ambientais, a MRV tem autorização para intervenção de área pública de lazer e a implantação de uma rua e também a intervenção em APP. Também tem autorização para retirada de árvores isoladas em diversos pontos necessários para execução do projeto. Que todos os termos de compromisso geram compensações ambientais, e dentro dessa compensação ambiental, será plantado nesta região em torno de 10.000 árvores como compensação ambiental. Que os

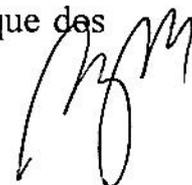
maciços, os pulmões verdes existentes na área, foram 100% preservados. Que teve somente uma intervenção para implantação do lazer, muito pequena. O projeto foi modificado inclusive para atender o menor impacto ambiental possível para implantação do empreendimento. Foi feito um desvio da água pluvial para passar pela clareira já existente sem precisar de corte de maciço, com um prolongamento maior de drenagem para não ter esse impacto ambiental. Com relação à drenagem, o único impacto ambiental é a intervenção em APP para o lançamento da drenagem no córrego, que foi autorizada pela Cetesb. Finaliza informando que todos os processos ambientais, todas as licenças foram devidamente autorizadas pelos órgãos ambientais competentes, atendendo a todas as legislações pertinentes, tanto municipais, estadual e federal. Que trouxe um resumo geral das licenças e um pouco do produto que será implantado no local. Presidente agradece Gisele e passa a palavra para Marcos Vinícius gerente da agência ambiental de São José dos Campos que apresenta a engenheira Larissa que também analisou esse processo específico da MRV quem vai apresentar e esclarecer a aprovação. Com a palavra a engenheira Larissa que inicia apresentando, que, dentro dos empreendimentos que é analisado, do Grapohab, esse foi um processo relativamente simples em relação aos outros, um processo pequeno, mas ele tem uma significância ambiental importante, que são os fragmentos de cerradão que existe na área. E quando da análise desse empreendimento, não foi uma primeira análise que foi aprovada, foi sendo solicitado ao longo das discussões melhorias no projeto de forma a causar o menor impacto possível na região. Tanto de supressão de fragmento como de intervenção em APP. Tanto como a Gisele colocou, houve um desvio da drenagem de águas pluviais, para evitar a sobreposição de fragmentos. Mas independente disso, que a Cetesb sempre, quando ela está analisando os processos, é bem restritivo em todas as aprovações. Além de atender todas as exigências das legislações federais, estaduais e municipais, se busca as alternativas locais. Quando se faz qualquer intervenção em recursos

naturais, o primeiro ponto importante é a questão: “há alternativa? Não há? Por onde que passa a rede pública que vai ter que fazer a interligação? Pra onde vai ter que drenar águas pluviais? É para o curso de água mais próximo?”. Que tem horas que fica sem alternativas, mas é feito um estudo para o menor impacto possível. Que dentro desse processo da MRV, tinha uma zona chamada de ecótona, que seria uma transição Cerrado/Mata Atlântica, bastante na nossa região, boa parte já antropizada. Dentro desse empreendimento, tinha duas áreas importantes de preservação, que são dois fragmentos de cerradão, o outro era campo cerrado, tinha iniciais de Mata Atlântica, já antropizados também naquela região, mas a vegetação de cerradão era muito importante. Essa vegetação foi toda preservada dentro da área verde do empreendimento. Que teve intervenções em fragmentos, que são intervenções relativamente pequenas. Em APP, por exemplo, estágio de 106 metros quadrados, em estágio de vegetação nativa Mata Atlântica, tudo bem para implantação de drenagem de águas pluviais. Mas teve também uma intervenção de 3.000 metros aproximadamente para implantação de área de lazer e área institucional também dentro do campo cerrado. E dentro do fragmento existente na propriedade, foi preservado 82% de fragmento, isso bem acima do que é permitido pela legislação. Existe a resolução Sima 80/2020, que fala dentro da área urbana, dependendo do tipo de vegetação, tem vários percentuais que têm que atender. 30%, 40%, 50%, enfim, depende do tipo de vegetação e da classificação, do estágio que ela encontra hoje. Que esse processo como um todo, foram estabelecidas compensações conforme a legislação pede também. Tem 10.000 metros de área que serão compensadas no Parque Natural do Itaim em Taubaté. E dentro do próprio empreendimento vai ter uma compensação de 1.700 árvores também dentro da própria área de lazer, sistema de paisagismo. Que dentro da legalidade, do que é permitido e da alternativa locacional, o empreendimento atendeu todos os quesitos, tanto que a gente a CETESB emitiu autorização e o termo de compromisso e foi aprovado pelo Graprohab. Seguiu um rito normal

do licenciamento e foi aprovado. Que hoje MRV têm uma autorização que já foi utilizada, na verdade e um termo de compromisso com um prazo para cumprir. Presidente agradece Marcos Vinícius e Larissa e passa a palavra aos representantes do Bosque do Ypês. Com a palavra Jésus, que inicia informando que há cerca de mais de um ano, tem acompanhado o início da obra MRV e pouco ficou sabendo. Que ficou sabendo agora pelo que Gisele apresentou do tamanho do empreendimento. Pelo que ouviu são 1.200 imóveis que multiplicado por quatro, dá em torno 4.000 e poucos moradores na região. Que os moradores sempre defenderam o bem-estar da sociedade. Que tem APP, a mata e animais silvestres. Que os moradores fizeram diligências por conta própria filmaram nascentes, algumas que foram soterradas próximo ao “valetão” que a representante da MRV mostrou. Que hoje o que se vê é o asfalto, as avenidas e a rua aberta. Que o trânsito que vai acontecer no local, também preocupa um movimento muito intenso na parte baixa da rua. Pede que façam redutores, faixas de pedestre na entrada e na saída do bairro, para que não haja velocidade. Pede que seja evitado transitar caminhões naquela área a não ser de utilidade pública, para preservar o meio ambiente. Que abaixo da área de lazer que foi construída, os moradores entendem que, da mesma forma que a rua, a calçada da Rua Mitico Hayashi ela é fechada, sugere que ela também deva ser fechada, para proteger melhor a APP e para não ter problema de segurança, porque, pode ser interligado com alguma passagem pela a Av. Salinas do Bosque dos Eucaliptos. Importante também o fechamento da área com alambrado, para proteger APP e as aves silvestres. Sugere a instalação de câmeras de segurança para toda comunidade. Que a intenção nunca foi de segregar pessoas e atrapalhar o movimento, mas caminhar junto da comunidade e buscar o melhor. Presidente agradece Sr. Jésus e pede que sobre as suas considerações, nas questões de responsabilidade da prefeitura, que o movimento organizado, enviem por e-mail ou se preferir protocolar na SEURBS que serão encaminhados para as secretarias responsáveis, secretaria de mobilidade.

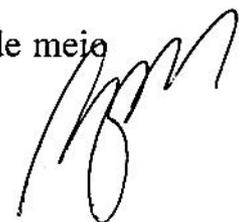


secretaria de segurança, temas do trato que a gestão da cidade vai poder contribuir de alguma forma. Com a palavra Claudia, moradora também do Bosque dos Ipês, que complementando o que o Sr. Jésus falou, informa que antes da construção, as crianças brincavam no local, tinha vários animais silvestres, o alambrado bem fechado e preservado. E que hoje, querendo ou não, já não consegue mais deixar as crianças brincando onde tem a faixa de caminhada, que tinha movimentação das pessoas da região e dos bairros próximos. Que hoje as pessoas já não descem para fazer caminhada, e aumentou o fluxo de carro no local. Que cargas pesadas passam pelo local, e as casas ficam bem próximas da rua e não sabe se ali foi projetada para ser uma avenida. Que o local era tranquilo, as crianças aproveitavam bastante e hoje, com a abertura, percebe que tem bastante movimentação, tem racha de moto e carros. Que eventualmente chamam a polícia para dar uma contida na “galerinha” que fica lá. Que seria importante que fosse colocado alambrado na parte de baixo até o final onde foi aberta a segunda abertura na sequência da avenida, que a mata sem alambrado fica muito perigosa. Presidente agradece Sra Claudia e da mesma forma pede que a demanda trazida seja encaminhada para a secretária executiva, Marisa, porque isso é uma demanda trazida ao Comam e será enviada para as respectivas secretarias essas preocupação com relação, digamos, à dinâmica urbana, que não tem a ver com a empreendedora nem com a Cetesb. Mas, como manifestado, o Comam acolhe para encaminhar para que as devidas secretarias respondam a essas demandas com relação à mobilidade e segurança. Com a palavra Sra Maria Edileia, moradora do Bosque dos Ypês, que pergunta que estudo foi feito do que isso está causando aos dois bairros paralelos, que é o Parque dos Ipês e o Bosque dos Ipês. Que o bairro eram de ruas fechadas, e foi uma frustração muito grande em relação a não ser perguntado aos moradores o que eles queriam, o que precisavam e o que podia ser feito, mas não contaram com os moradores em horário nenhum. Com a palavra orador não identificado que informa que há uma nascente entre o Campo dos Alemães e o Parque das



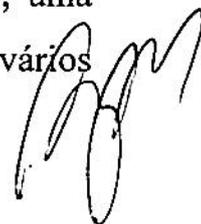
Ipês, uma das maiores que tem do bairro, está aberta e as pessoas caminham, pisoteiam ao redor dela. Que é preciso que faça alguma intervenção de reflorestar ou fechar também com alambrado. A principal nascente do Córrego Senhorinha está totalmente abandonada e as pessoas circulam e caminham pisando no terreno próximo a ela. Que as áreas verdes que tem são da prefeitura. Que já existe a possibilidade de um movimento para reivindicar um Posto de saúde com esse aumento de população, que já sobrecarrega o postinho do Jardim Oriente, já saturado. Com a palavra senhora Sandra, moradora também do Bosque dos Ypês, e que desde o início, os moradores ficaram chateados da maneira como foi feito o desmatamento e abertura da rua. Que a preocupação é com a Rua Ione Mítico, com mais de 4.000 pessoas transitando. Que numa mão única, não tem como comportar todo esse trânsito, pede uma garantia para que não seja mais mexido na área verde. Que no local tem animais silvestres até raros. Com a palavra Moraes, ambientalista, faz parte da frente de defesa do direito à cidade de São José. Que está acompanhando esse processo junto com os moradores do Bosque dos Ipês. Pergunta ao representante da CETESB com referência a dimensão dos animais silvestres que transitam por aquela área e o quanto evidentemente essa intervenção em área de APP, porque aconteceu? O quanto isso vai afetar essa fauna? Porque há preocupação com relação à área de proteção permanente e com as espécies que lá estão. Pergunta de quando da solicitação da MRV para a realização desse empreendimento, se foi feito algum estudo quanto às espécies que lá estão e a área a qual efetivamente essas espécies transitam, porque, evidentemente, com uma intervenção na APP, evidente que muitos desses animais serão afetados até porque haverá construção de prédios e obviamente vai aumentar o fluxo de automóveis. E se a Cetesb levou isso em consideração, se a secretaria de transportes da prefeitura levou isso em consideração, se o conselho municipal do meio ambiente foi consultado antes sobre essas questões, além do que vai aumentar o tráfego de automóveis. Pergunta ao Comam se foi feito algum estudo com relação à questão da

poluição atmosférica naquela área. Se a Cetesb, com referência a compensação de 10.000 árvores ou 10.000 metro no Parque do Itaim se fica em outro município? Quando se promove uma supressão de árvores no município onde está sendo realizado o empreendimento, se compensa em outro município, que até onde entende, isso provoca um impacto de todas as ordens. Pergunta qual foi o critério utilizado para que isso fosse apresentado? Isso tudo inclusive poderia ter sido discutido com a população. O grande questionamento que a população daquela região levanta é justamente sobre isso, ou seja, por que não foi preliminarmente conversado? Com relação à Gisele, pergunta se esse suposto projeto que a MRV pretende construir naquela área quantos prédios, de quantos andares? Porque, na imagem, são prédios grandes. Pergunta para onde vai esse esgoto? Que isso também causa impermeabilização de solo se foi feita alguma leitura desse impacto, já que não foi apresentado para os moradores. Uma obra de grande impacto, que faltou justamente essa comunicação da prefeitura, da MRV e da Cetesb com os moradores. Com a palavra Cosme Victor, faz parte da Associação de Favelas e da campanha Despejo Zero. Diz lamentar que o governo esteja financiando com o dinheiro uma obra que se intitula, para pessoas da baixa renda. Pergunta se houve uma consulta de impacto dessa obra com a população? Se houve uma audiência pública? E sobre as nascentes que foram suprimidas, o que vai acontecer? Foi permitido pela Cetesb essa supressão dessas nascentes? Que acha estranha que o particular faça a obra e o município faça toda a estrutura do entorno. Que esse custo, no seu entender quem teria que bancar seria a MRV. Que aquela rua que será aberta não suporta trânsito, porque não foi projetada para aquilo, que é talude frágil, à beira do rio. Presidente agradece Cosme e passa a palavra para a senhora Débora Tomás Lopes, se apresenta como arquiteta e urbanista, mestre em planejamento urbano regional e conselheira do estado, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do estado de São Paulo. Que já reivindicou assento nesse conselho. Acha que essas reivindicações todas têm que ser dirigidas principalmente a secretaria de meio



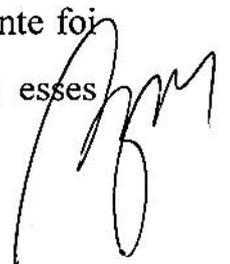
ambiente e à secretaria de planejamento urbano. Que o município de São José dos Campos tomou para si uma vocação de ser cidade ambientalmente correta e sustentável, de ser a capital nacional do meio ambiente, a capital da sustentabilidade, a cidade mais sustentável do país. Que para habitação de interesse social necessita de audiências públicas e de participação popular, precisa ser ouvida a população que vai ser removida, precisa ser, de preferência, hoje em dia, no mundo inteiro todo mundo sabe, que a população não deve ser removida para longe do seu local de origem, porque isso desestrutura economicamente, socialmente, a comunidade se desestabiliza. Onde vão trabalhar se terão que se locomover por ônibus urbano, vão gerar poluição, vão gerar tráfego? Que de modo algum, a população de habitação de interesse social deve ser removida para longe do local de origem. Pergunta se houve audiências públicas, qual a população de interesse social estaria sendo movida para a região? Existe esse estudo? Que em prédio de interesse social, geralmente não faz com elevador, porque isso exige manutenção. Em relação à localização, impacto de vizinhança, impacto ambiental, impacto no trânsito, impacto na poluição ambiental. Acha que está havendo má fé, que não está falando em nome do CAU, porque não tem assento como conselheira, mas fala como arquiteta e urbanista. Com a palavra Presidente Manara, informa que sem prejuízo ao debate, mas, só para registrar, que já extrapolou em 10 minutos o período previsto, mas que partirá agora para as considerações e respostas. Inicia com alguns pontos, sem referência nominal às pessoas, mas, partindo da última consideração da senhora Débora, responde que não está sendo discutido o projeto, uma vez que ainda não foi apresentado. Se for ou não ter elevador, se é dedicado a que público, enfim, é o parcelamento da gleba que está sendo discutido, esse, sim, com os efeitos já imediatos e já assentados nos documentos que deram suporte a isso. O projeto sequer foi protocolado na prefeitura e a discussão do projeto é uma análise de futurologia. Então ele não vem ao caso, a característica do projeto agora e sim do parcelamento. Sobre o parcelamento,

lembra a destinação e o futuro dessas glebas existentes em áreas urbanas tiveram dois grandes momentos de pacto com a sociedade com cerca de 150 reuniões públicas que foi o momento do plano diretor de zoneamento. Que lá a população opinou para destinação dessa ou daquela gleba, porque tudo está dentro do perímetro urbano, tudo faz parte do plano de ocupação e expansão da cidade. Que São José até fez um exercício muito importante de restringir o seu perímetro para que a cidade não avance para áreas ambientalmente sensíveis como a várzea, como as colinas. Foi restringido o perímetro de São José dos Campos motivando sim a estruturação da cidade através desses parcelamentos. Então a grande oportunidade de falar "olha, aqui nós queremos um parque público", por exemplo, foi no plano diretor e no zoneamento. Presidente faz uma analogia, a organização que teve em torno do bosque da Tívoli, onde participaram de todas as audiências públicas dizendo "queremos um parque aqui." Lembra a todos que o momento de discussão da destinação dessas áreas em todos os bairros foi feito durante audiência pública e no plano diretor e no zoneamento. Com relação à dedicação da área institucional, quando definida, é noticiado a todas as secretarias, feito um estudo de análise do desequilíbrio de oferta de equipamentos públicos. É analisada pela secretaria de educação, no entorno, como é que está a suficiência de atendimento de equipamentos para educação, assim como faz a saúde, assim como faz a segurança, e sim, será destinado, uma vez que surja, essa área institucional, as várias secretarias opinam e naquele bairro, naquela região, está carente deste ou daquele equipamento, e propõe essa destinação da área institucional. Lembra que alguém perguntou se era obrigatória audiência pública, responde que não é obrigatório. Os projetos são recepcionados em São José dos Campos em média 35 por dia e seria impensável, que o Comam pudesse opinar sobre todos os projetos, isso travaria a cidade, sem dúvida nenhuma. Presidente esclarece que os projetos do Senhorinha, um parque linear, tem hoje, em construção, uma série de intervenções no sentido de torná-lo um parque linear com vários



equipamentos de lazer e outros benefícios para a população com uso da outorga onerosa. O plano diretor de 2018 trouxe o advento da outorga onerosa, isso vai para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. No Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano já foi apresentado e aprovado que a primeira série de intervenções de melhoria e qualificação urbanística com a utilização dos recursos da outorga onerosa será no eixo do parque linear do Senhorinha. Que também foi aprovado, com recursos do Fehidro conduzido pela engenheira Lívia. São dois grandes projetos, uma da WRI, soluções baseadas na natureza, que tem no Senhorinha o foco, um dos 10 selecionados pela WRI, para aceleração de soluções baseados na natureza, que é um novo conceito, de equipamentos urbanos que privilegiam a natureza e a melhoria da drenagem, e será no eixo do parque do Senhorinha. A questão de proteção ambiental do eixo Senhorinha, Presidente assegura com toda certeza que, de todos os córregos urbanos de São José dos Campos, ele é o que vai recepcionar os maiores e melhores e mais modernos investimentos no sentido de privilegiar os serviços ambientais que existem ali. Presidente passa a palavra para os representantes da MRV e Cetesb responder os demais pontos. Com a palavra Marcos Vinicius da que argumenta que para ficar mais clara a posição da Cetesb, que é um órgão dentro do Graprohab, um dos órgãos que faz a aprovação dos parcelamentos e loteamentos. Que inicialmente o parcelamento tem a aprovação pela prefeitura, num segundo momento, passa para o Graprohab e para os órgãos estaduais fazer a aprovação. Então o que cabe à Cetesb é ver a questão dos recursos naturais, as intervenções que vão ocorrer, os impactos eventualmente ambientais. Se tiver uma indústria próxima que pode trazer algum desconforto para os futuros moradores, algum outro tipo de impacto e depende do tipo, do porte do empreendimento, se é preciso um RAP, um EIA-Rima. São empreendimentos assim de um milhão de metros quadrados, tem uma legislação que já dá uma linha de corte, até como colocado pelo Presidente Manara, nesse sentido, vai sendo analisado os empreendimentos. Se dentro dessa análise que está sendo

feita, mesmo que seja de um empreendimento pequeno, parte de intervenção e recursos naturais, fica mais nessa questão, que é esse objetivo, se tiver algum estudo complementar, é solicitado ao empreendedor, independente se está na diretriz, se está na legislação. Como exemplo, cita a questão do estudo de fauna, que, na verdade, só é solicitado quando se tem uma supressão em estágio médio acima de um hectare. Mas, independente disso, se numa região que se avista animais silvestres, é uma situação diferente. Marcos deixa claro que as atribuições de cada órgão e cada departamento são diferentes. Passa a palavra para Larissa fazer algumas complementações e esclarecer uns pontos também adicionais. Com a palavra Larissa que informa ter feito a aprovação desse empreendimento com bastante critério. Todos os loteamentos aprovados tem bastante atenção em toda legislação que está sendo cumprida. Que gostaria de poder, dentro de um processo de licenciamento, ter uma posição mais técnica e, por vezes, exigir algo ou reprovar algo com aquilo que, particularmente, gosta ou não. Mas no dia a dia do trabalho, é obrigada a seguir procedimentos que são predefinidos e a legislação que já diz o que se pode pedir ou não. Que esse projeto, como o Marcos Vinicius falou, teve uma pré-aprovação na prefeitura, com base no zoneamento municipal informado pelo Presidente Manara. Que essa interligação do viário, das ruas, dimensão das áreas institucionais, do sistema de lazer, tudo isso vem cumprindo uma legislação municipal. Quando chega o projeto no Graprohab para ser analisado, essas questões e diretrizes já estão definidas. Então, não é a Cetesb, ou o Graprohab que vai definir onde vai passar um viário, onde vai passar uma rua, o tamanho de uma área institucional ou não. Que já está cumprindo a lei de fragmento florestal, a legislação ambiental, se está dando solução para o saneamento básico e se está sendo feita a interligação. São José é um município já servido pela Sabesp, perto dos outros municípios atendidos, aqui se tem uma infraestrutura boa, com estações maiores de tratamento. Então, quando esse projeto chegou, a preocupação realmente foi com os fragmentos florestais que estavam no local, mas no projeto esses



fragmentos seriam preservados. Que se o empreendedor, no caso a MRV, quisesse cortar, por lei, ele teria direito a cortar uma quantidade maior. Mas foi restringido num diálogo, porque, assim, sai da lei o que se pode exigir ou não por lei. Os fragmentos de cerradão, onde estão as árvores maiores, onde faz a maior conectividade, tudo foi preservado. Teve supressão na APP para fazer o lançamento das águas pluviais, e foi escolhido o melhor caminho e a solução de alternativa técnica locacional. No local era uma clareira existente por onde passou a rede e a outra supressão que teve foi fora do loteamento para fazer uma interligação também de rede de saneamento do esgotamento sanitário. No sistema de lazer, a supressão que houve de 3.000 metros foi de campo cerrado, não foi uma vegetação florestal e nem uma vegetação arbórea. Campo cerrado é uma vegetação predominantemente gramínea com alguns arbustos, no local tinha braquiária, que é uma vegetação exótica invasora, mas de uma forma mais rigorosa, considerou como campo cerrado, porque tinha alguns poucos arbustos regenerantes de cerrado para que se pudesse encontrar isso numa legislação mais restritiva com relação a compensação ambiental. Então essa compensação dos 10.000 metros está sendo feita no município de Taubaté dentro de um parque. Esse é um parque dentro do mapa do estado de São Paulo, um parque considerado uma área de alta prioridade para receber um plantio de restauração. Então essa compensação que foi para o município de Taubaté ela é proveniente da supressão do campo cerrado, que são das gramíneas, não são das árvores. A supressão que teve para interligação da rede de esgoto e para lançamento da drenagem, por ser uma obra de saneamento, por lei, não precisa de compensação ambiental, porque se entende que o próximo saneamento é um benefício. Larissa pede que coloque no telão um mapa ambiental de uma planta urbanística ambiental, do empreendimento. No local identifica uma área ocupada por capim braquiária, vegetação exótica com as árvores isoladas, que foram autorizadas pela prefeitura dentro da legislação do município. Em laranja escuro o principal fragmento de cerradão, foi inteiramente preservado. Passando

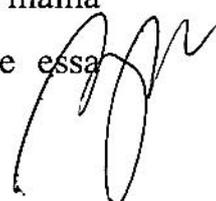


pela clareira, teve a intervenção pela rede de lançamento de água pluvial. Então a supressão de fragmento em estágio inicial foi apenas num pedaço pequeno para fazer o lançamento e outra supressão de fragmento fora do terreno para fazer a interligação da rede de esgotamento sanitário. Num ponto laranja mais claro identifica onde era o campo cerrado, vegetação graminóide, que foi o que gerou a compensação em Taubaté. Que essa área que gerou a compensação ela não vem de supressão de mata nativa, de fragmento florestal. É uma vegetação que estava misturada, um pouco nativa, um pouco exótica, mas campestre, não de árvores. Com referência ao laudo de fauna, Larissa informa que não tem conhecimento. Que no processo não tem um levantamento criterioso elaborado de laudo de fauna, mas evidentemente, pelo tamanho do fragmento e pela conectividade que ele faz, tem uma fauna significativa na região. Considera que o estudo não é exigido porque não houve supressão do fragmento florestal, porque a intervenção foi só para obra de saneamento. Se houvesse um pedido de corte do fragmento para ser feito no lote, poderia sim exigir o levantamento de fauna. Esse levantamento seria um norte, porque ele também não seria um impeditivo para o loteamento. Seria visto quais as espécies, quais seriam as medidas para mitigar para conservar espécie, mas nem sempre com laudo de fauna é suficiente, infelizmente, para impedir uma supressão, quando ela é prevista em lei e no caso não ocorreu. Para finalizar Larissa fala da compensação que está sendo feita no município de Taubaté que é da área de gramíneas, que foi cortada, do campo. Que dentro do empreendimento, sem ser compensação, também está previsto o corte. O plantio de árvore em toda aquela área (identifica na tela ponto laranja claro), onde era uma área desprovida de fragmento nativo e está sendo feito o plantio de mudas. A quantidade de mudas, tanto desse projeto, quanto do que está em Taubaté, está sendo uma técnica diferente do que se comumente usa. Geralmente os plantios de restauração se faz plantio no espaçamento de três por dois metros, sistemático de mudas nativas. Como é um ambiente característico de cerrado, existem pesquisas que

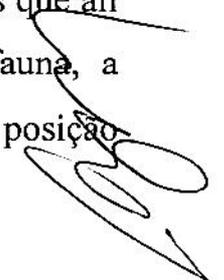
indicam que a técnica de nucleação ela tem um resultado melhor na restauração da área, que é você fazer pequenos núcleos adensados de várias espécies, pioneiras e clímax, para que essas espécies que vão crescer em volta criem um microclima que favoreça uma espécie clímax de se desenvolver. Então nesse projeto, a MRV foi numa conversa em reunião, se dispuseram a cumprir essa técnica de nucleação, de uma pesquisa científica, para restauração de área de cerrado. Também foram colocados poleiros, as galhadas das árvores que foram cortadas daqui para a avifauna, porque é onde cai a sementinha, acredita ser bastante criterioso. Com a palavra Marcos Vinicius que acrescentando ao que Larissa falou, com o enriquecimento daquela região, vai aumentar a questão da conectividade, inclusive para a fauna, vai melhorar a situação naquele fragmento na margem da APP, onde já existe o fragmento. Então acredita ser importante destacar, que a quantidade de vegetação a ser suprimida e arbórea, de interesse, foi praticamente tudo preservado em torno de 82%. Com a palavra o Presidente que registra já estar com uma hora de discussão do assunto, sem prejuízo ao debate em razão do atraso da SABESP passa a palavra para Gisele da MRV, que solicita esclarecer um pouco mais sobre as aprovações, como já exposto pelo secretário, houve a aprovação de parcelamento, e tudo necessário para essa aprovação, com todos os estudos necessários. Foram atendidas as legislações pertinentes, municipais, estaduais e federais. Que todos os estudos necessários foram realizados para implantação do parcelamento. Que esse projeto não está em aprovação, são estudos que a empresa visa implantar, trazendo melhoria, qualidade para o bairro, mais segurança, desenvolvimento urbano, desenvolvimento de comércio. Então são estudos somente, do que se pensa em implantar. Que não tem número de unidades definidos, mas a MRV vai seguir o que a legislação permite que seja feito naquele local, de acordo com a lei de parcelamento. E com relação a infraestrutura urbana, todo o loteamento já foi projetado e os projetos aprovados pela Sabesp/Cetesb, analisados com referência a drenagem, esgoto, água. O loteamento já foi executado com essa

infraestrutura, já está previsto nas aprovações. Presidente passa a palavra para Moraes que enquanto ambientalista, é ciclista, e circula muito a cidade com bicicleta. Que na região tem várias espécies, tais como, jacus, lagartos, cobras, morcegos, corujas, tucanos e até mesmo gato selvagem. Que tem uma fauna considerável no local e que uma obra, um empreendimento deste tamanho vai afetar aquela fauna, com o aumento da circulação de automóveis. Que acha oportuno que a Cetesb faça um estudo daquela fauna, porque há muitas espécies silvestres circulando por lá. Com a palavra senhora Sandra que pergunta se o que foi decidido no plano diretor foi divulgado para os moradores do Bosque dos Ipês, pois são eleitores, pagadores de impostos e merecem respeito. Que não veio na reunião para brigar, mas tentar uma linha direta para ter um consenso, porque tudo que se pede por papel, é uma burocracia e muito demorado e a obra está rápida. Com a palavra o Presidente que informa aos presentes que todas as audiências do plano diretor de zoneamento tiveram 170.000 participações pelo site, 2.500 pessoas participando presencialmente. Comparativamente, foi colocado mais joseenses discutindo o plano diretor que Campinas colocou, com o dobro da população, e tiveram duas vezes mais audiências públicas do que a capital, São Paulo. Então as discussões do plano diretor de zoneamento são referências de condução democrática e transparente na construção da política pública. Que já houve duas inserções, uma a pedido do conselheiro Ricardo Law, que foi pedido 10 minutos e foram 25 minutos numa primeira inserção com o representante senhor Daniel e uma presencial com os moradores. Que já é a terceira vez que esse assunto vem em pauta. Senhora Ediléia pergunta ao Presidente porque abertura de rua se o bairro tinha ruas fechadas? Presidente Manara responde que o bairro hoje ele não foi implantado como um bairro, um loteamento fechado. Ele estava fechado por uma contingência que não existia o empreendimento que hoje está acontecendo. Que ele nunca nasceu como bairro fechado, ele se destina a interligar como todos os outros que interligam a malha viária quando acontece os parcelamentos. Que a lei urbanística abre essa

ATA



possibilidade e o empreendedor adquiriu aquele imóvel, trouxe o empreendimento, é analisado dentro da secretaria de urbanismo e sustentabilidade, vai para o estado analisar na Cetesb e no Graprohab, e segue todo o rito que a lei diz que deve seguir. A lei que define a regra do que deve ser apresentado como estudo de impacto de vizinhança e daquilo que não é. O estudo do parcelamento foi apresentado na reunião passada. Que a prefeitura apresentou na reunião passada as condições para aprovação daquele parcelamento e agora hoje os moradores tiveram a informação da Cetesb e do empreendedor. A MRV seguiu o rigor da lei daquilo que é exigido para um parcelamento nessas condições. Com a palavra Marcos Vinicius que reponde as colocações do senhor Moraes, que acha importante a preocupação na aprovação dos empreendimentos com referência à fauna, à flora, principalmente a fauna que às vezes acaba ficando num segundo momento. Tanto que tem sido feito um trabalho junto com o Gaema, o Ministério Público, o doutor Laerte e Gustavo Medici, da segunda promotoria, para verificar, principalmente nessas regiões onde tem essas conectividades, como estabelecer novos empreendimentos, preservando as faunas. Que tem um caso seríssimo no Urbanova, todos aqueles empreendimentos, que está sendo feito um trabalho junto com o promotor e a prefeitura de como fazer a conectividade daqueles fragmentos. Que hoje está tendo vários atropelamentos de fauna de todo tipo. Que os empreendimentos foram se instalando isoladamente, e hoje ficam uns fragmentos. É uma área rica em fragmentos, mas precisa haver essa conectividade das faunas, seja aérea, seja subterrânea. Nos empreendimentos novos aprovados, a Larissa aprovou do Alphaville, e foi exigido passagem de fauna seca e de passagem úmida. Que está sendo conversando com o Gaema para que sejam feitas passagens aéreas em alguns pontos que seja possível, próximo ao Ribeirão Vermelho. Que isso também vai servir para o Córrego Senhorinha, com os empreendimentos que ali for se instalando, onde houve possibilidade dessas passagens de fauna, a necessidade disso, e que junto com a prefeitura vai se alinhando essa posição.

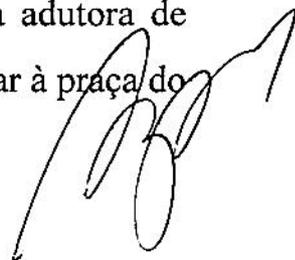


para ter toda essa proteção que realmente está bem evidenciada em todos esses empreendimentos. Com a palavra Presidente Manara que cita a manifestação do conselheiro Ronaldo Cunha Filho, que é diretor da secretaria de mobilidade, lembrando que esse eixo viário está na macroestrutura viária o traçado dessa conexão onde o plano diretor absorveu a macroestrutura viária. Com a palavra o conselheiro Ricardo Law, que corrobora todas as palavras e reivindicações dos moradores e outros cidadãos conscientes de São José dos Campos nessa reunião, e diz que São José dos Campos tem um trabalho maravilhoso com relação à recuperação de nascentes, em todos os seus córregos. E causa a ele preocupação muito grande, e que garantia vai ter que isso não ocorrerá novamente. Que teve várias nascentes soterradas, e foi aberta uma enorme cicatriz no acesso do loteamento com a APP. Espera que isso nunca mais ocorra em São José dos Campos, por ser uma cidade sustentável, é inadmissível ver essa realidade. Presidente agradece o conselheiro Ricardo, encerra o primeiro assunto e chama a mesa o representante da Sabesp que já foi solicitado reiteradamente, essa apresentação do balanço do contrato entre Prefeitura Municipal de São José dos Campos e Sabesp. Que por quatro ou cinco reuniões que aguardava essa apresentação. Com a palavra Júnior, cumprimenta a todos, se apresenta como gerente do departamento distrital de São José dos Campos da Sabesp, onde estão oito municípios. Que o principal é São José, que além de São José, tem Caçapava, Jambuí, Monteiro Lobato, Guararema, Igarata, Santa Isabel e Santa Branca. Que está presente no auditório Fábio, gerente do setor de esgoto de São José dos Campos e toda demanda de esgoto é com ele. Apresenta também Jorge, engenheiro de meio ambiente, que participou de alguns comitês de bacias na região. Pede desculpas pelo atraso, houve uma confusão de agenda. Esclarece que com relação às outras quatro reuniões que vêm solicitando esse balanço, houve uma CEI na câmara que trata justamente do contrato, e, por uma decisão da empresa, optaram por serem primeiro ouvidos na CEI. No último convite, na reunião de outubro, o ofício chegou quando estava em férias. Que

teve ciência da convocação do retorno das minhas férias para a reunião. Que vai fazer um pequeno balanço do contrato e após, estará à disposição para perguntas. Que não conhece todos os detalhes do contrato, quando foi assinado, nem era funcionário da Sabesp. Que está a três anos como gerente de departamento. Aquilo que souber irá responder de pronto; aquelas questões que porventura não souber se compromete com o comitê de encaminhar a resposta posteriormente. Inicia informando que o contrato é previsto em despesas de custeio, mas aquilo que mais interessa à população são os investimentos que seriam prestados. Num quadro apresenta o resumo dos investimentos ano a ano, investimentos de dezembro de 2008, e os mesmos investimentos atualizados para dezembro de 2021. Em linha azul, apresenta os investimentos previstos no contrato, atualizados até dezembro de 2021. Em vermelho, os investimentos realizados pela empresa também atualizados para 2021. Que a Sabesp investiu mais de 100 milhões do que estava previsto em contrato. Que todos os investimentos foram feitos ao longo de quase 14 anos de contrato, o principal investimento da Sabesp e estratégia está a implantação de esgoto. Quando o contrato começou, na região sul de São José, o esgoto ia direto para o córrego e não para uma estação de tratamento de esgoto. A estação Lava Pés, operava com metade da sua capacidade que ela tem hoje e também não tinha estação de tratamento de esgoto Paranangaba, que coleta e trata todo o esgoto da zona leste, se considerar a poligonal que vai da estrada do Cajuru até a Tancredo Neves. Que toda aquela área não tinha rede coletora e muito menos afastamento e tratamento de esgoto. Que nesse período, a Sabesp investiu desde 2021, 273 milhões em esgoto, sendo 32 milhões na ampliação da ETE Lava Pés. Foi criado mais um reator biológico e mais dois decantadores no valor de 143 milhões na ETE Pararangaba. Foi construído 22 elevatórias, entre elas a do Vidoca, que é uma, num total de 48 milhões, 35 milhões em coletores troncos, e mais 15 milhões em redes coletoras de ligação. Que muitos bairros que foram regularizados até a posterior e já tinha implantado rede de esgoto, tipo

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'O. A.' with a large flourish below it.

Primavera, principalmente na zona leste de São José dos Campos. Quando foi assumido o contrato, iniciou-se com 45% das economias conectadas da rede coletora de esgoto que iam para tratamento e hoje 100% das economias conectadas vão para tratamento e que, houve um grande avanço nessa questão do tratamento de esgoto. Que foram feito investimento em água, não tão expressivo porque água já vinha sendo feito investimentos naquele contrato anterior, nos moldes anteriores, antes da lei de saneamento. Nesse período também foram investidos 116 milhões em água, 8,6 milhões em melhoria de produção de água, a perfuração de poços, melhorias na ETA, 20 milhões em adutoras e 5,4 milhões em reservação, aumentando mais 10 milhões de metros cúbicos, não conta com o reservatório Altos de Santana, inaugurado esse ano. Que foi ampliado em 12.000 metros cúbicos a capacidade de São José dos Campos e que estão em implantação também o sistema de abastecimento da zona leste, obras em andamento. Que há previsão de construção de um reservatório na estrada do Cajuru, que é o reservatório Petrobras, uma adutora que sai do Reservatório Americano e que interliga a esse reservatório, uma adutora que sai da Praça Hércules e vai até o reservatório que nas proximidades da Embraer, para fazer o reforço do abastecimento da zona sudeste de São José dos Campos. Além disso, foi investido mais 104 milhões, sendo 32 milhões em equipamentos eletromecânicos, chamado de PDO, substituição de equipamentos eletromecânicos; 60 milhões no crescimento vegetativo da cidade, novas ligações, ampliação da rede para atender às novas ligações do município; e mais 12 milhões em desapropriações para implantação dessas obras. Junior apresenta um mapa de São José dos Campos, identifica em azul as principais hoje existentes. Em vermelho é o que está planejado para ser execução em São José dos Campos para atender melhor a população joseense. Que as identificações em vermelho no mapa estão em fase de projeto para contratação a partir do primeiro semestre do ano que vem. Que tem a execução de uma adutora de reforço que sai da ETA, do centro da cidade de São José, e vai chegar à praça do



São Judas, adutora de 500 milímetros, aumentando a adução de água da ETA para o reservatório do Tatetuba. Que toda a água que sai da ETA e vai para zona leste passa pelo reservatório do Tatetuba. Que será feita essa melhoria, que será publicado no início de 2023, é uma obra que faz junto com o sistema de tratamento de lodo da ETA. A obra está estimada em 45 milhões de reais. Que a Sabesp tem em projeto para lançamento, no primeiro trimestre do ano que vem, para licitar no começo do ano, uma adutora que vai sair da Vila Ema e até a instalação da Arena FarmaConde, para reforçar a reservação do Jardim das Indústrias. Que no Jardim das Indústrias, será construído um reservatório de 4.000 metros cúbicos. Toda a água que sai da ETA e vai para a zona sul passa pelo reservatório chamado de R18, que fica na Rua Porto Novo, no Satélite. É a única entrada de água para a zona sul e que será ampliada pelo Jardim das Indústrias. Que tem travessia em 300 milímetros e será somada a outra travessia em 500 milímetros, com esse reservatório. Nessa nova elevatória, terá duas fontes de abastecimento para o Jardim das Indústrias. Na zona sul, uma nova adutora de 600 milímetros ainda em projeto, saindo do Tatetuba até o reservatório do Jardim Morumbi. É um reservatório que fica encravado no cemitério municipal. Esse reservatório é responsável pelo abastecimento de toda ponta sul da cidade: Campo dos Alemães, Dom Pedro, Interlagos, República e Colonial. Que tem duas adutoras que fazem essa transferência e irão aumentar a vazão de água de transferência do reservatório que tem hoje. Um novo reservatório está sendo feito na zona leste na estrada do Cajuru. O projeto está pronto e o orçamento está sendo atualizado, será interligado com o reservatório que tem no Santa Júlia, chamado de R106 é um reservatório de 1.000 metros cúbicos e será ampliado também para 2.000 metros cúbicos. É uma região que tem crescido bastante em São José. Que estes investimentos serão entre 2023, 2024 e 2025, totalizando 109 milhões de reais, o que está previsto investir em São José no sistema nesse período. Junior informa que tem ainda a obra do tratamento de lodo da ETA, essa obra prevê construção de galerias e um

reservatório e um tanque de equalização. A Secretaria de Manutenção da Cidade-SMC, sabem da existência de uma galeria que foi feita para drenar esse lodo da ETA e usada em determinados trechos juntamente com a drenagem urbana da cidade. Então, será construída uma nova galeria para separar a drenagem urbana da prefeitura, porque fica ruim, se for drenar um decantador da Sabesp, principalmente, num dia de chuva. Se for somar nesse período o que se vai gastar em crescimento vegetativo, nesses próximos anos em São José dos Campos, mais de 160 milhões de reais daquilo que já está contratado e feito o planejamento. Que a Sabesp tem outras ações de média e longo prazo, mas que dependem de entrar no nosso PPI, que é o Plano Plurianual de Investimento. Que a empresa está num momento de transição de gestão, é controlada pelo governo do estado, para que seja dado prosseguimento a esses novos investimentos. Junior termina a apresentação e se coloca a disposição para responder aquilo que infelizmente não souber, pede desculpas, mas responde em posterior reunião. Com a palavra Secretário Minoru da SMC, que pergunta ao Junior, com relação aos investimentos, é pequeno em relação a 160 milhões. E com relação aos geradores é um assunto que tem se falado frequentemente, na compra de geradores nas estações, de forma que não falte água nos bairros. Quando há queda de energia, cai árvore ou tempestade, as estações não funcionam devido a queda da energia, sendo necessário gerador nas estações. Que é um investimento baixo e acredita que poderia ser até de imediato e investir nos geradores nas ETEs aqui de São José dos Campos. Junior responde que não é um investimento pequeno considerando que tem entre elevatórias de água e elevatória de esgoto duzentas instalações. Que tem mais 44 poços instalados. Que isso já foi questionado com a Arsesp, sendo uma questão de isonomia. Na falta de água em São José, por algum motivo, a Sabesp tem que pegar caminhão pipa e distribuir água e acha justo prever que a EDP também dê conta, que essa opinião é dele particular e não da Sabesp. Junior dá como exemplo a véspera do dia das eleições, às 22hs acabou a energia por conta das

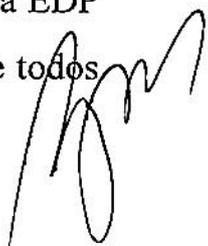
fortes chuvas que houveram e que as zero hora voltou, acredita que duas horas não teve impacto significativo nas instalações. Que às 5h da manhã, o Jorge, que está presente na plenária, liga informando que o ETA estava sem luz. Que colocou um grupo na hora, a Lola foi informada, mas ocorreu que a EDP precisava fazer uma linha na Av. Anchieta, simplesmente desligou em frente ao ETA, sem fazer a devolutiva a Sabesp. Que não adianta colocar um gerador no ETA se não colocar no R3. No R3 são bombas de 400 cavalos serão trocadas por bombas de 600 cavalos. Que não está colocado dentro dos investimentos, e começa a inviabilizar e a encarecer o custo. Que esse custo vai ser repassado para tarifa. Se é feito em São José, todas as outras 370 cidades têm o direito de ter e quem vai pagar essa conta é o cliente. Que do ponto de vista operacional, para todos que estão aqui da Sabesp e que estão na ETA, seria perfeito. Sugere que esse assunto seja importante discutir com a sociedade, instalar alguns geradores e ter alguma estratégia para minimizar esse impacto. Com a palavra o Presidente Manara que antes de abrir para manifestação, faz uma colocação, inicialmente, o que foi dito pelo Júnior, que o não atendimento às solicitações do Comam decorreu também de uma orientação superior. Em razão da CEI na câmara, que isso poderia muito bem ter sido colocado como justificativa de uma forma clara, transparente e respeitosa ao Comam dizendo: "Não vamos ao Comam enquanto não respondermos à CEI." Mas que a informação recebida foi: "Estamos de férias, não tem apresentação preparada". Enfim, foram justificativas e em nenhum momento informaram que era em razão de uma orientação superior. Lembra que a plenária é eclética, entre conselheiros, pessoal da prefeitura, de outras secretarias, junto com o secretário Minoru, a Lola, outros também conselheiros em participação remota, convidados da MRV, ambientalista, presidente do sindicato rural, gerente da Cetesb. Que vai franquear a palavra, para que todos possam colocar as suas considerações e inicia com duas questões. Pergunta ao Junior, sempre quando se fala dos percentuais, o 100% do tratado daquilo efetivamente coletado, mas no cenário

de 730.000 habitantes, qual é o percentual do que São José trata hoje o esgoto? E a segunda é uma coisa que preocupa muito, de qual é o percentual de perda no sistema de água? Quanto que nós captamos e quanto que isso é perdido ao longo do sistema? E o que a Sabesp tem feito para minimizar essa perda no sistema de abastecimento de água? Junior responde que a fórmula de cálculo, os indicadores, isso faz parte do contrato. Para responder o quanto de percentual se trata de esgoto, é necessário saber quantos imóveis têm em São José habitados, ativos. A Sabesp tem na base de dados 185 mil economias cadastradas, hoje têm 600 mil ligações chamadas de factível. A pessoa tem rede na porta da casa dela e não se conecta à rede coletora de esgoto. Que a Sabesp, anualmente, informa ao Ministério Público e este cobra do município. Que particularmente São José, tem uma característica um pouco diferente do que é feito nos demais municípios e, além disso, tem em torno de umas 7.000 ligações em imóveis, com rede de esgoto disponível, mas eles não se conectam porque ou ele tem fossa séptica ou ele é soleira negativa, quer dizer, ele precisa ou fazer uma elevatória de esgoto interno ou ele tem que se conectar à rede coletora de esgoto. A Sabesp não tem o poder de chegar e obrigar quem quer que seja a se conectar em rede de esgoto. Embora a pessoa seja obrigada pelo decreto estadual 12.342/78, o código sanitário do estado de São Paulo, a Sabesp não tem poder de polícia. Que não tem a informação do cadastro. Que ano passado, começou a certificação de São José dos Campos para as normas de cidade inteligente e resiliente. A Sabesp tem uma postura de não mascarar ou omitir dado. Que os índices de São José pactuados são abaixo daquilo que se chama de nível econômico de perdas, quando o custo de produzir água. Esse índice é quando o custo de produzir água é menor do que o custo de combater perdas. Ainda assim, são investimentos em São José naquelas ações preconizadas para redução de perdas. Para aqueles que não são familiarizados, tem dois tipos de perdas. São as perdas aparente e perdas reais. Perdas reais são perdas de vazamento, extravasamentos. Que tem perdas aparentes que se tem erro de medição nos hidrômetros das casas, de erro

de macromedicação e também fraude. É uma água entregue na casa do cliente, ele não paga essa água. Mas não é medida essa água que entra na casa dos clientes, um sistema de hidrômetros bem equilibrado ele vai ter pelo menos 5% de micromedicação, ou seja, ele vai medir 95% de tudo aquilo que já foi colocado na casa do cliente. Que nesse ano foram trocados 44.000 hidrômetros em São José, num total de 195.000. Que deve trocar mais uns 3.000 até o final do ano e a pretensão é trocar mais 50.000 em 2023. Que a Sabesp tem feito ações de reduções de perdas troca de pesquisa de vazamento não visível, ou seja, antecipar o vazamento, que é controle ativo do vazamento. Troca de ramal, ou seja, tinha ramal em PVC, em ferro, em PAD preto, está sendo usado PAD azul. Já foram trocados mais de 30.000 ramais em São José nos últimos 10 anos, isso reduz a taxa de vazamento. Para ilustrar, em dezembro de 2013 tinha uma média de 1.000 vazamentos de ramais/mês, hoje reduziu isso para menos de 500 vazamentos em ramais/mês. Que outra ação é chamada redução de pressão, às vezes gera um pouco de polêmica, porque a pessoa estava acostumada a ter uma pressão muito alta e se reduz. O mínimo de pressão que a pessoa tem que ter é 10 metros, isso acaba gerando reclamação do cliente. Em São José, no centro, Rua Quinze e Rua Siqueira Campos, tem alguns prédios e quando foi implantado no começo, eles reclamaram muito, em 2015, porque não conseguiam encher a caixa d'água pela condição hidráulica interna deles, então são essas ações para se ampliar isso. Junior continua com ações de redução de perdas que tem sofrido um pouco é a questão do gerenciamento de pressão. Toda a região chamada centro, não é necessariamente o centro geográfico da cidade, ele abrange parte do Monte Castelo, Centro, Esplanada. Então toda essa água, para mandar para a zona leste, é preciso primeiro abastecer toda essa região central que são cerca de 19.000 ligações, e o que sobra disso ele vai para a zona leste. Então é preciso colocar muita pressão na rede para poder fazer a água chegar ao reservatório de lá. Na rede pública que a Sabesp opera essa adutora que vai lançar, vai fazer a transferência direta da ETA até o reservatório

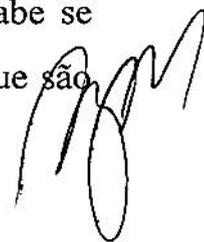
do Tatetuba, possibilitando que seja feita, juntamente com as quatro bombas que serão trocadas, possibilitando que se faça o gerenciamento de pressão da área central. Outro projeto que está em andamento e será a elaboração de pacote de setorização do centro de São José dos Campos. Serão seis novos setores, com 3.000 ligações, mais adequado, facilita a operação, mas também facilita o gerenciamento de pressão, para que não tenha pressões de 50, 60 metros de coluna de madrugada para poder recuperar o sistema de reservação. Então essas ações são de imediato, além disso, tem sido feita várias ações com recurso do departamento. Há alguns dias terminou o remanejamento da João Miassi, que era um lugar que tinha um histórico grande de vazamento. Que seria publicado a contratação do remanejamento na João Rodolfo Castelli também, mas a havia obra da prefeitura, e vai ser feita em conjunto com a prefeitura essa obra, para que diminua esses vazamentos. Então essas são as ações principais hoje, para gente poder gerenciar a pressão. Um projeto maior de setorização, ainda em negociação, valores muito maiores, é da ordem de 200 milhões de reais, junto com outros projetos da Sabesp em São José. É uma questão de hierarquizar e priorizar quais desses projetos vão entrar primeiro, mas isso ainda está em discussão com a presidência da empresa. Mas que está no nosso planejamento de investimentos para São José. Que essas são as ações que a Sabesp fará nessa segunda parte do contrato, para que a possa reduzir a níveis adequados a um município como São José dos Campos. Com a palavra Dolores Lola diretora das concessionárias da SMC, que cumprimenta e todos e diz achar interessante a fala de Junior em alguns pontos especificamente. Quando fala que gostaria que a Sabesp fosse regulamentada da mesma forma que a EDP, acha isso excelente, pois é seu sonho de consumo, honestamente, porque a EDP tem algumas regras e normas que ela segue e essas paradas que ela faz, de manutenção, inclusive, o cliente é avisado com 15 dias de antecedência e é no máximo por cinco horas. Não pode ultrapassar um minuto. Então, que tem muitos problemas com a EDP e a Sabesp tem que melhorar muita coisa também. Acha interessante que todos

07/12



ouçam que esse contato que está havendo agora com a Arsesp é justamente em função de um trabalho que está sendo feito com a Sabesp e a EDP, que estão sendo cobradas da Arsesp incisivamente. Que um dos pontos foi o que o secretário acabou de questionar, com relação a geradores, já foram muitas vezes cobrados, não é algo que o município tá inventando. O município pode cobrar que alguns geradores sejam disponibilizados para situações que estão sendo enfrentadas no município, como: furtos de cabo, que seja, mas de paradas que têm que fazer ou até mesmo com relação às intempéries, enfim, mas tem que ter uma solução mais rápida. Que com a EDP, especificamente, dá um “trabalho do cão”, exemplo no dia das eleições, que a secretaria trabalhou “feito loucos”. Especificamente, junto com a EDP e com a Sabesp para que tudo estivesse em ordem para as eleições. Que mesmo as urnas ter bateria suficiente, podiam correr o risco. Que a Arsesp comunicou, que São José tem sido um ponto fora da curva justamente pelo trabalho que a prefeitura tem feito em cima da fiscalização e pedindo retorno e solução. Então a Arsesp tomou como fato, vieram cinco gerentes e diretores, conversar, eles têm feito agora fiscalizações que não eram previstas, vindo quase que mensalmente, fiscalizar a Sabesp e pedir soluções de muitas coisas que foram apontadas e que eles encontraram também. Lola pede que a Sabesp mude algumas regras, para que a população tenha esse retorno. Que há muitas perdas por falta de abastecimento nos bairros, já foram cobrados investimentos através de ofício e não foi obtido retorno. Abriram uma CEI, porque a Arsesp está cobrando, e vamos então estabelecer regras iguais à EDP e solicitar que a Sabesp tenha retornos mais decisivos e mais rápidos para a população. Junior responde a Lola que a prefeitura é concessionária e a Arsesp é o órgão regulador. Que existem questões econômicas envolvidas, que a Sabesp não tem um tratamento isonômico como tem a EDP. A Lava Pés ficou até terça-feira sem energia, a Sabesp retornou o fornecimento, o abastecimento de água muito antes do que eles devolvessem a energia. Que a regra da Sabesp é avisar com 45 dias de antecedência e não com

21 dias uma parada programada, seria muito mais fácil. Com a palavra Presidente Manara que verificou através do Diretor Rodolfo junto ao setor tributário da prefeitura, em termos de inscrições imobiliárias, São José dos Campos tem 260.000 e a Sabesp mencionou 185.000 economias ativas cadastradas, como atendidas. Que não sabe se a conta é direta assim, mas só pra termos ideia das grandezas a diferença nessa questão, na universalização do atendimento da coleta, afastamento e tratamento do esgoto previsto no contrato. Com a palavra o conselheiro Lincoln Delgado, que cumprimenta a todos e pergunta ao representante da Sabesp Junior, que sentiu falta de um slide, já que está falando de investimento, mas não falou de arrecadação. Que imagina que o investimento da Sabesp é vultoso, mas não temos uma base do quanto ela está recebendo e o quanto ela está gastando, lembra que São José é a segunda arrecadação do estado. Que tanto no contrato de 1976 quanto no contrato de 2008, se vê muito mais a frase equilíbrio econômico-financeiro do que tratamento de esgoto. Nessa matemática, o que faz com que a Sabesp se sustente, é basear muito mais no equilíbrio econômico-financeiro, não dizendo que a empresa tem que ter prejuízo. Que na reivindicação do secretário e da Lola sobre a questão dos geradores, água é bem essencial, garantido pela constituição. Podemos viver sem energia, acredita que tem gente que vive sem energia até hoje em São José dos Campos, na zona rural, mas sem água é impossível. Pede que Junior responda a respeito da arrecadação de São José nos últimos anos. Junior responde que não tem esse número, que entende a colocação do conselheiro, mas, que a Sabesp fornece anualmente para a prefeitura, até o último dia útil do mês de junho, um balanço do exercício anterior, do quanto foi arrecadado e do quanto foi investido e qual foi o custo de operação. Junior responde que a Sabesp arrecadou menos também do que estava previsto no contrato. Que essa apresentação é a mesma apresentação feita na CEI. Que o secretário Manara falou que tem 260.000 cadastros, não sabe se todos estão cadastros com residências ou se tem cadastros mobiliários que são

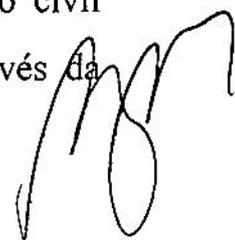


só terreno. Que a Sabesp tem cadastrado 185.000 ligações e 240.000 economias. Sugere que seja compartilhado conforme o contrato prevê que a cada quatro anos tanto prefeitura quanto Sabesp sentar e repactuem e discutir o assunto. Para elaboração de projeto, alguns empreendimentos que estão sendo regularizados no município de São José, já foram instalados rede coletora de esgoto. Que alguns a gente tem que se ampliar a rede de esgoto e outras implantar toda a rede coletora de esgoto. Que em algum momento, a prefeitura fez um TAC com o Ministério Público e a Sabesp era proibida de levar água e esgoto a empreendimentos irregulares, e o funcionário responde no CPF do gestor, não no CNPJ da empresa e ninguém vai querer assumir. Para concluir Junior informa que foi feito um investimento em esgoto em São José dos Campos com a aderência da coleta. Presidente Manara informa que foi feito um levantamento preliminar pela prefeitura, que indicam que a Sabesp tem uma receita da prefeitura de 240 milhões por ano. Então esse é mais um número, é uma referência que foi levantada do quanto que a receita recebida pela Sabesp de São José dos Campos. Com a palavra conselheiro Lincoln que afirma que a Sabesp tem lucro e não prejuízo. São José dos Campos, no Trata Brasil, em 2017, que é uma ilha de prosperidade, São José, tinha o terceiro melhor saneamento do Brasil e em 2022, cinco anos depois, está em 27º lugar. Se falar que tem 5.500 municípios, ainda continua sendo uma ilha de prosperidade, mas é um número assustadoramente grande de cair no ranking e justamente numa gestão mais atualizada. Que o atual superintendente, diferente de todos, que sempre teve em São José, veio de Santos, conhece muito pouco a região. Em questionamentos técnicos, ele obviamente demonstra isso, o que acha até que é um desprestígio ao município, um dos que mais arrecada da Sabesp. Lincoln solicita que Junior possa falar desses números que apresenta e desses índices que São José tem caído ano a ano do Trata Brasil. Junior responde que se for se debruçar no Trata Brasil e analisar o peso que se dão às coisas, o volume de recurso investido é um item preponderante. Então um dos principais indicadores que foi é porque



outros municípios fizeram mais investimentos do que São José e isso tem um peso relevante. Que já foi discutido e questionado por isso, e tem que fazer justificativas para a diretoria por conta disso. Que não quer dizer que houve uma redução, mas que não consegue investir 100 milhões, 200 milhões todos os anos numa única cidade. Que Santos foi uma das cidades que alcançou o primeiro lugar num desses Trata Brasil, porque houve um investimento muito forte em Santos por conta da questão do esgoto. Que não pode falar de Uberaba, que não conhece então isso foi uma coisa foi um fator de desequilíbrio, mas que considerada a cidade de relevância é Franca. Ela tem um histórico de inovação muito forte, muito arraigado dentro do município e já foi primeira e caiu. Porque eles têm um nível de um sistema que está atendendo a demanda, não faz sentido a Sabesp investir, mas ela também tem que ter amortização do investimento. Que se chegar ao final do contrato, o que investiu não for amortizado no contrato, como vai ser resolvido e equacionado. Junior alega que não escreveu e não assinou o contrato, nem era funcionário da Sabesp. Que é necessário ter garantido uma segurança jurídica para cumprir o contrato, que tem coisas que precisam melhorar, porque isso está sendo pedido, investimentos aqui em São José. Junior responde para Lola que a Sabesp não está fazendo investimentos por conta da CEI, que esses investimentos foram autorizados e iniciar a contratação no dia 12 de novembro, numa reunião com a doutora Mônica Porto, que aconteceu das 5h às 6h. Que saiu de férias no dia 13 e 14 do ano de 2021 fazendo o cronograma e encaminhando para ela aprovar e liberar recurso. Lincoln apresenta alguns vídeos curtíssimos, mas que ilustram bem uma visita constante da Sabesp. Esses vídeos têm em torno de um ano e meio, mas isso é desde 40 anos da galeria que isso vem acontecendo. Identifica no centro do poliesportivo do Vila Tesouro, do Horto São Dimas, Cemitério Horto de São Dimas, todas adjacências, isso dentro do cemitério, dentro do centro poliesportivo. Que o Ministério Público acionou com uma ação civil pública agora e que obviamente deve inclusive acionar a Sabesp através da

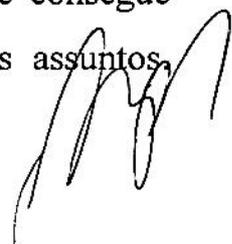
CAI.



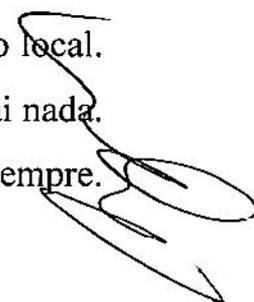
doutora Larissa em virtude dessa ação civil pública acionada. E mostrando aí um constante que é o vazamento de esgoto, vazamento também da galeria de água pluvial. Existem protocolos, com datas específicas registradas no 156, registradas na Sabesp, e isso tem sido uma constante naquela região. Essa galeria tem 40 anos, atestado pela prefeitura, mas nunca teve manutenção. Que em 2003, teve um contrato de cessão para poder fazer a manutenção da galeria, que nunca foi feito. Que atestou com funcionário que trabalha há 45 anos naquela região, que não teve nenhuma manutenção feita desde que a galeria foi feita há 40 anos. Os protocolos são a cada dois meses, tem um vazamento desse tipo, inclusive várias fossas no bairro, um bairro que deveria ser abastecido, coletado 100% de esgoto, está dentro da área urbana, que é o terceiro estudo que vai ser protocolado na Cetesb. Que entre a fala do Júnior e a realidade das ruas, há um distanciamento muito grande. Que vive isso todo dia e tinha que trazer esse testemunho. Presidente Manara complementa a colocação do Lincoln Delgado, porque a prefeitura está muito empenhada em programas de requalificação dos córregos urbanos. Este tipo de situação obviamente ele drena para os córregos, que já estão, em termos de qualidade, bastante comprometidos, e que a Sabesp tem uma função primordial para o enfrentamento não só das ligações clandestinas, da detecção, de ligações em rede de drenagem, mas também na sua essência que é resolver os problemas que o esgoto não tenha que se vê claramente e que compromete a qualidade dos córregos urbanos. Junior responde que em São José tem feito um trabalho junto com a secretaria municipal e parte de fiscalização em posturas da prefeitura, tem um contingente enorme de imóveis que lançam água de chuva em rede coletora de esgoto. E, para aqueles que são engenheiros, sabem que uma rede de coletora de esgoto trabalha por gravidade. Ela não pode trabalhar a seção plena, e tem registros das ETEs, que em dias de chuva essa vazão aumenta 50% em média. Ou seja, tem dois problemas, primeiro que está atrapalhando o processo, porque estamos lavando o esgoto e também tem o problema que é o lançamento, está

sendo colocada uma rede que é para trabalhar sob gravidade, está com pressão e pode estar danificar essa rede. Além disso, existe uma coisa do mau uso, diferente de outros países, o Brasil escolheu um sistema de separação universal de água de chuva e de esgoto. Que todo o sistema de esgoto do Brasil foi criado e projetado dessa forma. A questão do cemitério acredita que não tenha tido mais problemas, mas não quer dizer que não possa vir a ter. Que na data de hoje teve um problema de um descarte irregular num poço de visita que a Cetesb passou para a Sabesp, onde tem 1.200 quilômetros de rede coletora de esgoto em São José e a empresa não pode obrigar a pessoa a ter fossa a se conectar na rede conectora de esgoto, aplicar multa ou ter qualquer ação desse tipo. Mas se a pessoa que tiver fossa e se dirigir a Sabesp e pedir para ligar o esgoto, a empresa vai ligar gratuitamente, não é cobrado uma taxa sequer. Esse custo de ligação é subsidiado, paga para o fornecedor e não é cobrada do cliente. Que a Sabesp não vai bater na casa do cliente, como foi feito no Portal do Céu e no Boa Esperança. Que a Sabesp foi até o local, fez as instalações e infelizmente nem todos quiseram se conectar a rede coletora de esgoto. Finaliza dizendo que a Sabesp não tem poder de polícia. Lincoln complementa fazendo um registro da Avenida Lineu de Moura, entre o hospital e a entrada do Urbanova, onde tem no local duas escolas, comércio, serviços diversos, cerca de 1.000 pessoas, trabalham por dia naquela localidade, uma superzona urbana, um dos metros quadrados mais caros de São José dos Campos, numa área de várzea, o que traz uma problemática ambiental, e ali tem fossas em todos os colégios, o Moppe e o Mater Dei tem fossa. O hospital custeou uma ligação e lança para a Sabesp. Que já participou de uma conversa com a Sabesp com começo, meio e fim e de mais de 15 reuniões com Sabesp e vereadores que tentaram e também não conseguiram, ou seja, sempre evasivas, sempre reuniões improdutivas. Conclui que está falando de uma Lineu de Moura, não de um loteamento clandestino no meio do final da zona norte, está em plena zona urbana e não se consegue resolver o assunto. Que a Sabesp faz forças para desistir desses assuntos.

CPA



Lincoln quer registrar o problema, como é uma reunião pública, uma reunião do Conselho de Meio Ambiente, para que fique registrado também que tem uma localidade com diversos comércios, serviços e escolas que são obrigadas a fazer. Só o Mopp, para contabilizar, tem nove fossas. Na época do verão, enquanto as crianças estão estudando, tem lá um caminhão retirando esgoto. Foi inaugurado agora um restaurante árabe, pergunta se eles fizeram uma fossa, mais uma fossa na várzea. Sabe que Júnior, está cansado desse assunto, mas não tem uma resolução, porque a área técnica sabe do custo, sabe o que precisa fazer, sabe quantos metros tem que ter, mas quando chega ao nível gerencial, que é o nível político, quer dizer, a Sabesp é obrigada a dizer o seguinte: "Não, não. Espera aí. Vamos ver, o equilíbrio econômico-financeiro ou então vamos enrolar esse troço mais uns 15 anos que uma hora o povo desiste." Mas Lincoln se diz que não vai desistir. Junior explica que no colégio Mopp em 2015, fez uma obra elevatória dentro da área deles para jogar dentro do golfe. Foi feito um método não destrutivo na avenida Lineu de Moura, furaram a adutora da Sabesp sem autorização e a prefeitura esteve lá e interditou a obra. O golfe, para quem não sabe, ele tem uma faixa entre a faixa de energia elétrica e a rua que é de propriedade particular do golfe e a Sabesp não pode entrar lá, somente se tiver uma desapropriação. Que a Sabesp licenciou essa obra e o licenciamento na companhia de energia para que pudesse ser feito. Que na sequência, foi feito outro projeto, onde previa uma elevatória numa área de um empreendedor, e solicitou uma área que fosse doada para instalar uma estação elevatória de esgoto e não teve devolutiva. Era necessário a elevatória porque tem o córrego, não tem cota geométrica para lançar do outro lado. Lincoln se compromete a trazer para o Comam em compromisso à sua verdade, que todos prestaram conta de quantas ligações têm, quantos metros cúbicos têm. Que, inclusive, a área técnica da Sabesp já fez o projeto, já sabe a cubicagem, o lançamento e o local. Que nas reuniões que acontecem sempre o mesmo discurso e não se extrai nada. Que é preciso se evoluir com o nível gerencial, com a parte técnica, sempre.



Junior esclarece que o projeto passa em área de terceiros e a Sabesp não pode entrar numa área de terceiros sem qualquer documento, sem autorização. Então se trata de questões pontuais como se generalizando. Com a palavra o conselheiro Jeferson Rocha, pergunta se EDP e Sabesp são figuras distintas, uma é concessionária e outra prestadora de serviço e se existe um regramento diferenciado. Que não tem nada contra Júnior, mas a representação fidedigna da espera que o Comam teve com agendamento para essa reunião com a Sabesp. Que não está vendo nada de enriquecedor na reunião, que está assustado. Que no mês passado, na plenária do Consema, recebeu um livro do Acordo Ambiental do Estado de São Paulo, com 56 cases, sendo deles dois da Sabesp, um de Franca, que pelo visto reduziu o investimento, a cidade de Franca, é responsável pelo projeto, case de redução de emissão de esgoto, que é o Programa Cooperativo de Estações de Tratamento de Esgoto Sustentáveis, parece que utiliza do lodo. E o outro case de sucesso ele comunga com a questão energética, que é o Programa de Geração Distribuída de Energia Fotovoltaica. E dentro desse estudo, se a maior riqueza da Sabesp é a água, e ela não investe em PSA, Pagamento de Serviços Ambientais. Esse fato hoje foi apresentado na plenária do Consema, e foi acatado pela plenária, pelo subsecretário Eduardo Trani, e até mesmo o prefeito de São José estava presente, devido a agência ambiental. Para deixar registrado que, comungando com a manifestação do Lincoln e de todos da plenária, que a Sabesp, no estado de São Paulo, não tem investimentos em pagamento de serviço ambientais desde o município de Extrema. Junior responde que a até bem pouco tempo a Sabesp tinha um trabalho PSA na região de São Francisco Xavier. Presidente Manara pede que seja registrado que até pouco tempo tinha o PSA do Ribeirão das Couves, onde quatro proprietários recebendo, mas não recurso da Sabesp. Junior responde que a Sabesp era quem pagava e que vai levantar as informações e repassar. Com referência a questão de fotovoltaicas, a Sabesp tem um programa de instalação de fotovoltaicas, inclusive aqui na cidade de São

José onde era a antiga estação de tratamento de esgoto de Eugênio de Melo. Que atualmente com chamamento público para implantação, tratamento e transformação de lodo, de ETEs na região do Vale do Paraíba em energia elétrica. Existe um chamamento público e ainda não está finalizado, que tem não só em São José, não só no Vale, mas na cidade de São Paulo. E que esses trabalhos sendo desenvolvidos, vão abarcar a questão da área de São José dos Campos também. Presidente Manara, reforça a pergunta do vice-presidente desse conselho, se a Sabesp atuará com PSA ou há uma determinação da diretoria, da presidência da Sabesp não mais investir em pagamento por serviço ambiental? Junior responde que não pode falar do assunto, porque está aquém da questão do departamento. Esse questionamento poderá ser respondido através de ofício e encaminhado para a presidência ou departamento do superintendente e que não tem poder de deliberar sobre o assunto. Com a palavra Renato Veneziani que está muito chateado, que está como Sindicato Rural e como presidente do Comitê de Bacias do Paraíba do Sul. Que trabalhou 38 anos na Sabesp, e está de coração partido, do rumo que está tomando a reunião e do jeito que a Sabesp está se colocando aqui com o conselho. Pergunta se a Sabesp investiu 73 milhões de reais e o que vem pela frente? Qual investimento de perdas? Que nunca foi apresentado um índice de perda tão grande em São José, teve crise hídrica e a água é o bem que temos que cuidar. Então, se não tivesse 73 milhões investidos, o que teria acontecido com a cidade? Não tinha água? E com referência ao não ter colocado em nenhum momento qual que é o investimento de perdas futuras? E como é que estão essas ações? Renato sugere que é preciso começar a ter umas parcerias, que as obras que Junior listou são obras que já estão no papel há mais de 10 anos, até antes dele entrar na Sabesp e espera que sejam concluídas. E, quais são os investimentos futuros em perdas, para que se possa ter noção desse número e acompanhar esse índice de perdas que venha mesmo a cair. Junior responde a Renato que a primeira coisa é fazer uma correção, que esse projeto que ele

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'Manara' and there are some initials above it.

apresentou ficou pronto em 2015, não é de 10 anos antes. Que ele acompanhou e foi executado e o administrador do contrato era o departamento operacional da Sabesp, local onde Renato trabalhava à época. Que existem ações de perdas e tem a setorização do centro, que é um índice importante. O menor índice de perdas que São José teve foi por conta das ações da época que respondia como engenheiro, que cuidava desse assunto em São José. Tem ações planejadas, precisam ser afiançadas pela diretoria e pela presidência e que está na mão deles para aprovarem o PPI. Então, enquanto não tiver essa aprovação, tudo aquilo que tem que falar, está alinhado com toda a estrutura da empresa. Ela é bem hierarquizada, e precisa dessas autorizações. Que poderia falar qualquer coisa para deixar todo mundo feliz, mas está falando aquilo que sabe que vai acontecer que trabalha para acontecer. Tem coisas que está brigando para acontecer, que não está falando, que também são importantes. Que está falando aquilo que tem alguma segurança e que estão no caminho para acontecer. Que está falando o que está configurando para acontecer, onde há alguma segurança. Que isso tem um planejamento, tem recursos no PPI para execução dessas obras. Das ações de perdas, a setorização do centro é a principal que está nesse momento, com a substituição das bombas do R3. Que Renato como foi da Sabesp conhece e sabe do que ele está falando, para poder ter um melhor gerenciamento de pressão, as adutoras que serão instaladas irão facilitar a vida, porque podemos trabalhar no gerenciamento menor de pressão, e uma das principais ações de gerencia e redução de perdas reais. Que tem o trabalho do dia a dia operacional, que é pesquisa de vazamento, troca de ramal, troca de hidrômetro, que não colocou por esse motivo. Presidente Manara informa que recebeu a confirmação que realmente o PSA do Ribeirão das Couves foi feito com recurso da prefeitura e a restauração foi bancada pela Agevap e não teve nenhuma participação da Sabesp. Presidente solicita que todos migrem para a outra sala e que tem inscrito para fala, o subprefeito Marquinho, Ricardo Law, Moraes. Enquanto aguarda que todos entrem, noticia também que está em outras

frentes em debates com a Sabesp, instituição em São Paulo, e aproveita a presença do Renato Veneziane, como presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica, para informar que tiveram um embate recente numa plenária em que foi aprovada a atualização monetária do valor que a Sabesp paga em razão da transposição das águas para São Paulo, do Jaguari para São Paulo, que não tem reajuste desde 2007. Então, tem essa outra frente, como conselheiro do Comitê de Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, em que venceram uma primeira batalha, mas tem ainda que convencer São Paulo e a Alesp, para que tenha a atualização monetária. Nesse mesmo período, a Sabesp aumentou o valor que ela recebe da conta de água em 207%. E a empresa entende que não deve ser atualizado esse valor, o que prejudica em mais de 70% a capacidade de investimento com recursos trazidos no Fehidro, para que se possa promover a proteção do manancial que a Sabesp usa água para vender e para ter o seu lucro. Então, é outra frente institucional pesada, que tem o apoio do prefeito Anderson Farias, e está em fase de discussão. Que dia 12 está sendo discutida a lei de mananciais, que foi trazida à pauta do Comam. Que são outras frentes com a pauta água que está sendo tratada via Comitê de Bacia Hidrográfica com o Renato. Informa ao Comam que a luta é pesada, que o comitê arrecada por ano cerca de 14, 15 milhões de reais. Que 10 milhões desse valor é a transposição de água para São Paulo e um mero reajuste com a mesma capacidade de investimento de 2007, que é o que está sendo pleiteado e que jogaria esse recurso para 30 milhões de reais, aumentando a capacidade de contribuir com a própria Sabesp em água em quantidade e qualidade. Presidente solicita a aprovação da ata do dia 20 de outubro. Pergunta se alguém tem alguma consideração a fazer sobre essa ata e coloca para votação. Nenhuma manifestação, ata aprovada por unanimidade. Com a palavra Ricardo Law, que face ao que já ouviu de todos, sugere que o Comam convide a diretoria da Sabesp para vir numa reunião para responder perguntas, porque o Júnior ele não tem esse poder de responder tudo e nem pede, pelo que viu. E um diretor

poderia responder as perguntas que ficaram no ar. A segunda questão é, se a Sabesp ela tem, por contrato, por força de lei, que informar à prefeitura ou à câmara municipal, qualquer que seja os valores arrecadados anualmente. Pergunta se ela tem essa obrigação? Junior responde que que a prestação de contas é passada anualmente ao Secretário Minoru da SMC e ao Prefeito. Acha que eles possam encaminhar para o Comam. Ricardo pergunta sobre os loteamentos irregulares onde a Sabesp não ter autorização para prover o esgoto, o tratamento, a coleta, com relação aos loteamentos clandestinos. Junior responde que a prefeitura de São José num determinado período fez um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público onde não poderia ser incentivado a ampliação desses loteamentos irregulares. A Sabesp tomou conhecimento e foi encaminhada uma relação de loteamento onde não poderiam implantar rede coletora de esgoto e de água. Em alguns lugares onde isso poderia gerar alguma dúvida, a Sabesp oficiou à prefeitura e para saber se poderia ou não implantar essa melhoria. Que São José tem em torno de 200 loteamentos clandestinos, sabe que as vias de regularização é muito moroso. E enquanto o loteamento não é regularizado, o munícipe continua pagando a mesma taxa de loteamentos regulares. Na taxa de água tem a taxa de coleta de tratamento de esgoto, e o munícipe continua pagando a mesma taxa. Pergunta se Junior tem alguma colocação a esse respeito? Junior responde que se ele tiver ligação de água, ele só paga pela ligação de água e não paga pela ligação de esgoto. Se por acaso um determinado morador de uma determinada rua tiver um erro de cadastro, ele procura as agências da Sabesp e isso é corrigido naturalmente. Que não é parte da política tarifária da Sabesp fazer essa cobrança desses imóveis onde não há ligação de esgoto, mesmo que tiver rede coletora de esgoto na frente. Ricardo pergunta com relação a esgoto a céu aberto, lançado nos cursos d'água, a região do Putim na zona sudeste, há 20 anos tem cobrado da Sabesp, no Jatobá tem um problema sério de emissão clandestina. Que isso é algo que precisa ser resolvido urgentemente. Com a palavra Lola que irá

CA

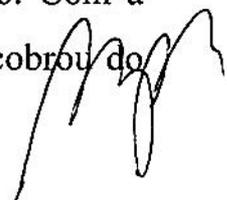
mm

responder Ricardo para otimizar um pouco o tempo, como prefeitura. Responde que desde julho de 2021, tem sido feita a fiscalização. É o departamento de concessionárias que está à frente desse trabalho junto com a Sabesp. E esse trabalho está sendo feito por bairros. Que agora está sendo feito no bairro da Vila Ema, porque tem muitos lançamentos que estão irregulares. Já foram registramos 2.600 e poucas vistorias e notificações. Que, para se ter uma ideia, na região central tinha 906 ligações irregulares. Esses munícipes são notificados, com prazo para regularizarem e isso tem surtido bastante efeito. Que esse trabalho está sendo feito desde julho de 2021, é um trabalho que vai permanecer todos os dias, de segunda a sexta, continuamente. Ricardo informa que acompanha a Sabesp desde a década de 90, quando em São José o esgoto era tratado apenas 3%. E teve um salto gigantesco com relação a isso, que de vez em quando na mídia informa que a Sabesp trata 100% do esgoto de São José dos Campos, porque ela não contabiliza os mais de 200 loteamentos clandestinos que São José tem? Que acompanha a Sabesp em São José e no estado de São Paulo e fora até do estado, e sabe que a Sabesp usou, tem vários anos, no município de Franca, o esgoto doméstico na geração no uso do gás metano para mover os ônibus da frota municipal. E, que o município de Mogi Mirim estão usando energia solar para tratar o esgoto doméstico. Pergunta se Junior tem alguma consideração a fazer a respeito? Junior responde que gostaria de fazer uma correção. A Sabesp não diz que ela trata 100% dos esgotos, ela diz que trata 100% dos esgotos coletados. Então tudo aquilo que é coletado, é enviado para tratamento. Que talvez seja preciso melhorar a forma de como a é comunicado para as pessoas entenderem isso de uma melhor forma. Que no início da reunião falou que a Sabesp está no momento com um chamamento público para várias cidades para instalação de usinas com uso do lodo da ETE, que é a mesma coisa que é feito em Franca, só que em vez de produzir biogás, quer gerar energia. As empresas vão se manifestar e elas têm um ano para entregar os estudos para fazer essa PPP com a Sabesp, para que se possa ter um

DA

MA

destino mais adequado do efluente do lodo, do resíduo sólido do tratamento de esgoto. Mas o modelo que está sendo desenhando para vários municípios da cidade de São Paulo e São José é geração de energia elétrica com queima do gás para poder fazer uma termoelétrica. Então esse é um modelo que está se estudando e está se pedindo aqui. Com a palavra Professor Moraes que se diz muito assustado com tudo que ouviu aqui nessa relação entre a Sabesp e a prefeitura. Pede que explique a matemática da prefeitura citar que tem 265.000 cadastros e a Sabesp 185.000 economias ativas cadastradas. Pergunta se a Sabesp não teve acesso a essas informações? Houve uma falha de comunicação entre prefeitura e Sabesp? Presidente Manara responde a pergunta de Moraes. Que a prefeitura tem 265.000 inscrições imobiliárias e que dentro desse rol, existem lotes que pagam o IPTU e que não tem usuário, não tem casa construída em cima. Moraes acha que a prefeitura tem que obviamente transmitir esses dados para a Sabesp, que diante desses dados, ela tem que tomar as suas devidas providências porque está existindo uma falha entre prefeitura e Sabesp. Presidente responde que não seria uma falha, mas sim a busca da universalização de ter que atingir isso. Moraes também se mostra assustado com as nove fossas na escola Mopp e a questão da elevatória para o condomínio Golfe. Quem pode esclarecer? E porque o Ministério Público não foi provocado com relação a essa questão, é muito sério, e do ponto de vista legal, o direito de fazer alguma intervenção no Golfe. Pede esclarecimento como cidadão. Junior explica que da questão específica do Mopp, ele tinha uma situação, a questão das fossas, tinha o problema do alagamento. Ele contratou um profissional, fez as obras. Fez uma linha de recalque passando sob a Lineu de Moura sem qualquer conhecimento da Sabesp, sem qualquer conhecimento da municipalidade e seria conectada a um poço de visita existente no Golfe, uma rede pública dentro de um loteamento fechado. Só que nesse interim, ele pegou uma adutora nossa. Então ele fez isso de forma irregular no começo. Com a palavra Lincoln que pede para esclarecer que o Golfe espertamente, cobrou do

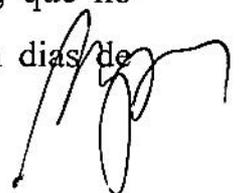


Mop ou de quem quer que seja que colocasse na rede pública dele no valor 26 milhões de reais, que diz que ele alegou que é o que ele gastou para fazer a rede pública, mas, obviamente, que cada pessoa que comprou o lote de terreno pagou, para ele, porque ele fez uma espécie de um fosso medieval em volta do loteamento de 2 metros de largura e, se quiser adentrar qualquer coisa pública lá dentro, tem que pedir autorização porque ele criou uma faixa particular. A alternativa seria ou lança numa rede que já está construída e operada pela Sabesp ou eu tem que fazer uma nova rede, qual seja na frente daqueles comércios todos e lançar proxicamente em frente ao hospital. Como o Golfe irá cobrar para jogar na rede deles, a alternativa seria alocar uma nova rede, que é o que está sendo discutido, a Sabesp já sabe onde instalar e qual é a cubicagem, mas o assunto não evolui. Lincoln diz ser testemunha inclusive que o próprio prefeito foi no local, junto com o superintendente e solicitou: "Sabesp, resolva esse assunto." Junior responde ao professor Moraes que apesar do Mopp ter feito à revelia da concessionária e do município, há uma questão, há uma faixa de 2 metros entre o limite do município e o início da via pública. Então é uma propriedade particular e não propriedade pública. Que houve um empenho junto ao diretor do empreendimento de ir à Sabesp para tentar negociar isso, mas não houve liberação criando um constrangimento com o Golfe. Junior conclui que a ligação não foi concluída e a escola Mopp não se conectou à rede coletora. Havia duas novas alternativas, uma, ligar no mesmo ponto onde liga o hospital, para isso precisava ser feita uma elevatória de esgoto em frente dos imóveis e ninguém quer ter na frente dos imóveis. E a terceira alternativa, seria em fazer uma rede ao fundo desses imóveis, uma rua sem saída, e fazer uma elevatória, mas era uma propriedade particular que o proprietário não autorizou. Uma quarta alternativa seria fazer por um local onde seria um possível empreendimento, a elevatória não pode passar uma tabulação no meio do rio, porque senão vai represar. Para que fosse feito, é preciso de uma autorização, tem uma faixa de servidão para garantir que daqui a 5, 10 anos, ele queira

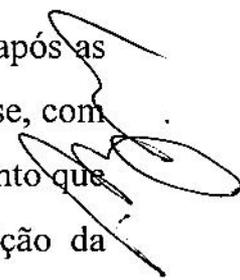


construir lá. Que a Sabesp não se negou a fazer, mas precisa de algumas condições que não estão no controle. Em vários locais na cidade, uma parceria com a prefeitura que não eram nem responsabilidade da Sabesp, foram feitas elevatória de esgoto, uma rede coletora para resolver um problema do Boa Esperança com inundação, problema de água de chuva. A Sabesp implantou rede de esgoto, cedeu a servidão e a prefeitura entrou com a galeria. Da mesma forma, foi feita no Portal do Céu, o parque Santa Rita, foi feito um trabalho que passa por uma faixa da Transpetro. A Sabesp ficou no local três meses com um funcionário furando metro em metro para ver onde passava a rede. A rede foi feita e instalada e todos aqueles que quiseram se conectar, foram conectados e o último trecho na parte de cima, foi colocado coletor para atender os moradores. A Sabesp não se nega a executar o serviço, mas tem que ter segurança jurídica para fazer. Presidente Manara pede que Rodolfo esclareça o número do cadastro imobiliário. Rodolfo esclarece que parte da diferença entre o número de cadastro imobiliário e o registro da Sabesp é oriundo dos condomínios. Todo condomínio vertical, seja ele residencial ou comercial, ele tem uma entrada da Sabesp. Eu posso ter um condomínio com 300 apartamentos, vai haver apenas um registro. Que temos centenas, milhares de condomínios no município, que sai parte dessa diferença em relação aos números de cadastros imobiliários do município e o número de registro da Sabesp. Como exemplo, cita o Integração que são quase 1.000 apartamentos e uma entrada de água para o condomínio inteiro. A Sabesp não tem lá 1.000 registros de hidrômetros, mas a prefeitura tem 1.000 inscrições imobiliárias cadastros, 1.000 IPTUs. Com a palavra Marquinhos de São Francisco que primeiramente, pede que seja registrado na reunião que gostaria de conhecer a área que a Sabesp pagou aqui por serviços ambientais em São Francisco. Nesses quase seis anos que está a frente da subprefeitura desconhece esse local. Que a estação de tratamento de água de São Francisco recebe pouquíssimos investimentos é datada de 1949, que no distrito falta investimento e modernização. Os dois reservatórios, em dias de

CA

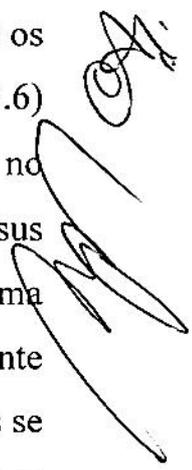


grande fluxo de turistas, os moradores acabam sofrendo com o desabastecimento. Que as estações elevatórias de esgoto que tem do bairro dos Ferreiras e próximas da entrada do distrito, sempre estão sofrendo pela falta de bombeamento. No bairro dos Ferreiras, por várias vezes o esgoto correndo por falta do funcionamento da elevatória. E se todo investimento que foi feito tem a retrolavagem dos tanques da estação de tratamento de água, e esse lododuto porque ainda não foi conectado na estação de tratamento de esgoto. Solicita da Sabesp uma previsão de quando será instalado esse lododuto para que não aconteça cada lavagem da estação de tratamento, todo aquele lodo, do tratamento descer pelo Ribeirão das Couves. Presidente pede para complementar uma história que participou ativamente, referente a essa estação de tratamento de água, com a placa de inauguração de 1949, quando teve a maior crise provocada por um lamaçal que correu em São Francisco, ficou 15 dias sem abastecimento de água. Que à época estava no Ministério Público e que a posição da Sabesp foi péssima, porque ela simplesmente, quando indagada pelo Ministério Público, desde 1949 até 2009, quais foram os investimentos de melhoria do sistema de captação de água e abastecimento, respondeu que foi zero. O Ministério Público indagou que existia uma série de normativas que, para efeito de abastecimento de água, a concessionária ou agente responsável pelo abastecimento de água deveria cumprir. Que a Sabesp fez para piorar o quadro dela foi de montar um projeto e queria cobrar do fazendeiro que promoveu a crise de abastecimento pelo lamaçal, que ele estava cortando pinus, deu uma tromba d'água e a lama veio. A Sabesp ainda não cumpriu na história, em 40, 50 anos o que deveria ter feito, quando teve a crise, quis cobrar do proprietário, para poder fazer o sistema de melhoria. Então essa é uma das histórias, que é importante sempre lembrar e registrar, porque após as considerações finais, vamos colocar o quanto que um colegiado como esse, com várias instituições, com larga experiência no seu campo de atuação o quanto que estamos todos, enquanto sociedade joseense, insatisfeitos com a posição da

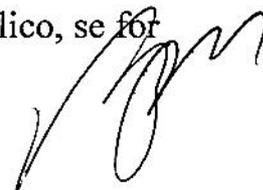


Sabesp. Junior responde a Marquinhos que com relação ao ETA de São Francisco Xavier, na data de hoje foi emitida uma ART, e a Sabesp estará protocolando essa semana uma licença de instalação de um tanque de contenção. Que é necessária essa instalação desse tanque de contenção para que se possa fazer esse descarte, porque se pegar a descarga de uma lavagem de filtro ou de uma lavagem de decantador e jogar direto em qualquer ETA não vão ser suficiente para aguentar e pode travar o processo de tratamento de esgoto. Com relação às bombas reservas, a Sabesp tem em torno de 400 elevatórias aqui no Vale do Paraíba, e está sendo instalando a segunda bomba em todas elevatórias. Tem conhecimento que em São Francisco Xavier tem um local no centro da cidade com duas elevatórias com dois poços separados, porque o poço não cabia uma segunda bomba e não tinha espaço para fazer nova elevatória. Então se optou por instalar outra bomba, outro posto e uma elevatória paralela para poder cumprir essa questão. Que o compromisso que a área responsável tem, é que todas as estações que demandem licenciamento até o final do ano estejam com segunda bomba e até meados do ano em elevatória de esgoto. Que em São Francisco não tiver segunda bomba, será cobrada da área responsável para poder instalar e fazer essa gestão para poder fazer melhoria, mas é preciso fazer primeiro esse tanque. Assim que protocolado, a Cetesb autorizando, será contratada a execução e toda a conexão no lododuto. Marquinhos acha importante, a questão do reservatório também, porque os dois reservatórios no distrito, em determinados momentos, não são suficientes, e para a Sabesp não só pensar na parte do tratamento, mas também do reservatório. Junior responde que se compromete a fazer um estudo, um balanço hídrico do abastecimento de água e, se entender que a questão apontada for questão do reservatório, fará um pacote para licitar e contratar a instalação desse reservatório. Presidente informa que não tendo mais inscritos, informa ao Junior que entrou em outros detalhes do cotidiano das operações da Sabesp em São José, mas ainda trazendo a pauta do balanço do contrato, em nome da secretária,

e como presidente do Comam, mas, em nome da secretaria, entrega um ofício, que lê rapidamente para que todos tenham ciência, do que está sendo solicitado e será compartilhado, obviamente, com o Comam. “Considerando a necessidade de avaliação de desempenho dos primeiros 15 anos de vigência do contrato de programa e do convênio de cooperação referente a prestação de serviço de saneamento básico celebrado em 2008, considerando nossos objetivos de otimização e manutenção da excelência em resultados disponibilizados à população, considerando que importa a essa municipalidade, ...” Que no ofício entra os itens, que são importantes para todos terem ciência do que está sendo solicitando para a Sabesp e depois voltará com esse tema assim que ela responder e também alinhar até outras reuniões. Que acha que são importantes reuniões institucionais, prefeitura e Sabesp, Minoru, Lola, para que traga à luz ao contrato, porque preocupa até a fala inicial. Presidente informa que chegou depois, e não conhece os detalhes do contrato, mas que os itens que menciona no ofício é para trazer luz a isso. “item 3.1, ter acesso irrestrito às revisões quadrienais do anexo Meta de Atendimento e Qualidade de Serviço; 3.2) ter acesso às planilhas e controle de indicadores para plena fiscalização de contrato previsto no item 6.1, alínea C do contrato do programa; 3.3) ter acesso ao sistema adotado pela Sabesp para gestão e ações mitigatórias e perdas no sistema com a desejada transparência; analisar eventuais impactos do novo marco relatório do setor nos processos operacionais da Sabesp. Esse item ficou de fora aqui da nossa discussão até me razão do tempo; 3.5) identificar quais os mecanismos de atendimentos se encontram disponíveis ao consumidor; 3.6) identificar os parâmetros utilizados para operação e se possuem lastro no equilíbrio e na atualização da projeção da população pagante versus infraestrutura disponível para oferta de serviços versus receita. Ter uma informação que se possa debruçar em planilhas, em estatísticas, para que a gente tenha clareza com relação a isso. “ 3.7) identificar se nas prestações de contas se encontram informadas em destaque as receitas indiretas, multas e outros; 3.8)



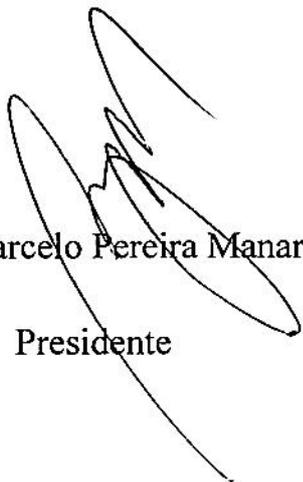
identificar se tem havido atualização do plano de investimento na forma do item 2.3.5, de folha 65, do anexo Premissas Utilizadas na Avaliação e Resultados; 3.9) ter conhecimento acerca de qual é o parâmetro e critérios utilizados para definição das prioridades para destinação de recursos e plano de investimentos; e, por fim, 3.10) identificar quais são as ações para garantia da reservação de água tratada e medição da qualidade tratada do sistema.” Com os agradecimentos de praxe, assinam o ofício o nosso secretário-adjunto Ronaldo Gonçalves, até mesmo para não ter uma sobreposição de personificação entre o secretário e o presidente do Comam. Pede que Junior dê recebimento a esse ofício, e assim que tenha a resposta, voltará com essa pauta no Comam. Com a palavra Lincoln, que gostaria de fazer uma proposta, que sabe que vai entrar agora num período de final do ano, mas acha que 90 dias é um prazo razoável para que uma reunião, talvez seja a segunda do Comam, para uma reunião de fevereiro, a Sabesp pudesse então, compilados todos esses questionamentos feitos aqui na reunião e mais o que o Presidente formalizou, que a Sabesp possa fazer uma devolutiva formal ao Comam com respostas conclusivas, respostas assertivas aqui, diante disso. Presidente informa que será uma pauta exclusiva, porque o tema consome a reunião inteira. Ricardo Law pergunta ao Presidente se acha pertinente convidar um diretor da Sabesp para uma reunião do Comam? Presidente responde que poderá convidar, porque acredita que vá ter uma nova composição de diretoria, do primeiro escalão da Sabesp. Sugere a reunião de março ou abril, e assim conversamos com o Júnior para ter o melhor encaminhamento. Com a palavra Fabiana Vieira, que acha que dentro desses assuntos todos muito importantes que foram discutidos com a Sabesp, não foi falado no planejamento que a Sabesp tem para futuro na captação, que é esse cuidado com as represas, com as nascentes, com o pagamento de serviços ambientais, que ficou claro que ela não faz. Qual o planejamento da Sabesp para os próximos anos, e qual é o programa futuro que a gente tem para garantir água para os próximos 20 anos, 50 anos. Junior responde que um dado público, se for



procurado na internet, dados da Gevap, onde foram captados da bacia do Paraíba 1,2 bilhão metros cúbicos de água. No estado de São Paulo, para saneamento básico, foram cento e cinco, na ordem de 150 milhões de metros cúbicos. A última represa antes da captação ela libera 30 metros por segundo, é tirado de pico 2 metros por segundo. Que no momento mais crítico, acha que há uma preocupação válida, uma questão de se olhar a bacia, que não é a Sabesp o maior consumidor. Que há outros usos, outras transferências que têm impacto muito maior do que o abastecimento público. Há uma questão de escolhas no futuro, e se chegar num futuro caótico, que espera que não chegue, de ter que escolher para quem a vai levar água, não compete a Sabesp discorrer sobre esse assunto. Acha que cabe ao comitê, e deixa claro que tem uma preocupação, a matéria-prima também de muitos outros empreendimentos que estão aqui na bacia do Paraíba. Que temos que cuidar bem do planeta de um modo geral, não só da bacia. Justifica que, quando falou do contrato, que não estava na assinatura, é porque não conhece os detalhes da negociação entre Sabesp e prefeitura. Que o contrato prevê mecanismos a cada quatro anos, Sabesp e prefeitura sentam para reavaliar, refazer o planejamento. Lembra que participou de uma reunião do setor de planejamento da prefeitura com o Secretário Manara e equipe, e explanou o plano de crescimento de São José, a luz do novo plano diretor. Que logo da publicação feita pela prefeitura, a Sabesp teve, no mês seguinte, outubro, 100 pedidos de empreendimentos. Que a Sabesp tem planejamento, para viabilizar recurso para isso e não é dentro da unidade do departamento, não é o superintendente, é a diretoria financeira. Para a Sabesp não ser cobrada daqui três, quatro anos de uma questão onde outra pessoa que vai suceder-lo pois está ocupando um cargo. Que é engenheiro da Sabesp e nesse momento é gerente de departamento. Que conhece o contrato, mas, é uma discussão ampla e acredita que numa reunião de duas horas não é o local para se discutir todos os meandros do contrato. Que a prefeitura tem a prerrogativa de procurar a Sabesp para discutir, replanejar. Que em algumas conversas com a

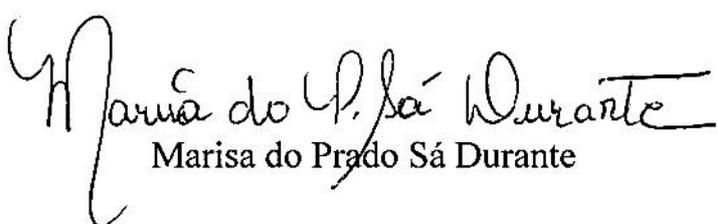
Lola, sugeriu que quando fossem regularizar um loteamento a Sabesp pudesse participar, porque depois que o loteamento estiver implantado, ocupado, a Sabesp tem que se virar para fazer a coleta de esgoto. Que sabe de muitas coisas que eu tenho certeza que a maioria na plenária não sabe, do contrato, mas não vai trazer para defender a Sabesp, não é esse o objetivo. Que veio falar do que estava previsto investir, e a previsão para os próximos anos. Que tem muitos problemas operacionais e que as pessoas procuram pelo 156, Facebook, Vanguarda e não procuram a Sabesp. Que a Sabesp não localiza nenhuma reclamação no nosso sistema. Junior diz que infelizmente assumiu um período que logo veio a pandemia, isso dificultou muito a questão de mobilidade de pessoas. Presidente agradece a Sabesp, na figura do Júnior, aos engenheiros presentes, que o propósito era esse, uma discussão represada ela sempre acaba, com muitas pautas, muitos temas e é função desse colegiado fazer isso. Trazer essas provocações, que sejam repassadas à prefeitura, na sua responsabilidade, à Sabesp, mas uma coisa é muito nítida, há uma ansiedade da sociedade. Presidente fala pela sociedade nos vários colegiados que participa, que citou há pouco o comitê de bacia hidrográfica, onde paira uma insatisfação, com relação à instituição Sabesp, como exemplo, a forma como a Sabesp retirou 40 milhões em metro cúbico a mais do reservatório Jaguari sem ter dado a mínima satisfação aos municípios, ao comitê de bacia hidrográfica. Isso de setembro a dezembro do ano passado. Que entendemos a crise hídrica, entendemos que somos bacias irmãs e que não estamos levantando a bandeira da guerra da água. Mas como cidadão vale-paraibano é o respeito, porque existem mecanismos de negociação que devem ser cumpridos, como exemplo do PSA. Que a água é tão importante para todos nós, um mecanismo brilhante, a primeira perninha fora do comando de controle da história que nós conseguimos trazer para gestão efetiva de bacia hidrográfica, a principal empresa de saneamento do país se recusa a participar e isso gera uma indignação. Então o que se pede para os agentes da Sabesp, trazendo para o contrato de São José dos Campos, é mostrar os pontos

em que vamos questionar sempre a melhor prestação de serviço, porque o joseense não aceita um mais ou menos. A característica da cidade exige sempre esse atendimento de excelência. E é função desse colegiado em trazer essas provocações, trazer o olhar de tantas pessoas experientes no olhar de São José dos Campos, sejam empreendedores, sejam ambientalistas, sejam técnicos que atuam, e diversos que compõem esse colegiado histórico, trazer essa indagação aqui revestida de indignação com relação a alguns parâmetros. Então crê que em breve, talvez em meados do próximo ano tenhamos uma nova reunião, para tirar essa questão que fica represada de tanto tempo que falta a conversa. Que abrirá um convite para uma nova participação, talvez com a diretoria, talvez com quem realmente tenha a caneta na mão para dizer eu posso decidir ou não posso decidir aquilo, mas que retornaremos com essa pauta, porque a questão água e saneamento são imprescindíveis. Presidente informa que o doutor Teles está trabalhando para trazer o conselho de saneamento integrado ao conselho de meio ambiente, hoje presidido pelo Minoru. Que faremos um conselho unificado em que a pauta água e saneamento terá uma câmara técnica permanente e essa preocupação permanece nesse colegiado. Agradece novamente Junior e a secretária executiva Marisa que foi insistente para trazer os nossos convidados. Agradece o secretário Minoru, a diretora Lola e ao pessoal da MRV e a todos que estão participando. Nada mais a tratar encerra a presente reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante, lavrei a presente ata.



Marcelo Pereira Manara

Presidente



Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva